



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "Ferreira de Sousa" and various initials.

Introdução

Sob o lema “Abril para Já”, as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 no Concelho marcaram, profundamente, o ano de 2024, não só no que respeita à programação direta de um conjunto eclético de iniciativas, mas, também, a propostas de reflexão, ação e participação cidadã que confirmaram o Poder Local Democrático enquanto conquista basilar de Abril e perspetivaram o futuro. Face ao crescimento demográfico e a um contexto global desafiante, o Município avançou ou concluiu, com o apoio da Academia, um importante pacote de planos, diagnósticos e outros documentos estratégicos – desde logo, o Plano Diretor Municipal, peça central na definição de uma visão de desenvolvimento sustentável, muito além do ordenamento do território.

A entrega ao Comité MaB (Man & Biosphere) do Dossiê de Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera da Unesco representou o culminar de um longo processo de parceria com a Associação de Municípios da Região de Setúbal, os municípios de Sesimbra e Setúbal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que envolveu, igualmente, centenas de agentes locais e as populações na preservação e valorização deste património inigualável. A Arrábida viu, cada vez mais, confirmada a sua centralidade, em diferentes áreas, e assumiu-se como fator de desenvolvimento, atraindo eventos culturais, desportivos, turísticos e científicos e motivando laços de cooperação nacional e internacional.

Nos campos técnico e político, a postura reivindicativa e propositiva foi determinante para a concretização de um conjunto de obras e projetos da responsabilidade da tutela, como a conclusão do Pavilhão Municipal de Palmela, a adjudicação do Posto da GNR em Poceirão ou o lançamento de concurso para a nova Unidade de Saúde de Quinta do Anjo. Ao mesmo tempo, aprofundou-se a luta pelas variantes às EN 252 e 379 e pelo reforço de recursos humanos na Saúde e nas Forças de Segurança, entre outros. A assunção de competências na área da Saúde veio agravar o défice, já sentido na Educação, entre os valores transferidos pela Administração Central para fazer face às competências transferidas e as reais necessidades, com reflexos financeiros na vida da Organização. Não obstante, o Município assumiu intervenções profundas em várias instalações de saúde degradadas, a fim de melhorar as condições para utentes e profissionais de saúde e incrementar a sua fixação no Concelho.

A implementação da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão-Marateca, financiada pelo PRR, avançou nos diversos eixos, verificando-se, na componente material, a realização de algumas obras e, principalmente, de muitos projetos com reflexo prático em 2025, sendo inegável a dinâmica gerada por este processo, com efeito de contágio a outros parceiros e atores locais.

Globalmente, 2024 saldou-se por uma elevada capacidade de execução, traduzida no paulatino alargamento e qualificação das redes de equipamentos, infraestruturas e serviços municipais, na conclusão de planos e projetos estratégicos, na afirmação de programas e eventos e no reforço de redes de parceria, solidariedade e colaboração institucional, determinantes para a coesão social e territorial.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

É transversal e permanente o objetivo de valorização e motivação dos recursos humanos na Organização, que coloca as pessoas no centro da sua estratégia de qualificação do Serviço Público. No final de 2024, o efetivo global era de 1.204 trabalhadoras/es, registando-se, ao longo do ano, a entrada

de 68 pessoas, resultado do esforço contínuo de recrutamento, por via de procedimento concursal, processos de mobilidade ou recurso à Bolsa de Emprego Público. Além da valorização remuneratória através de regime regra, centenas de trabalhadoras/es beneficiaram da aplicação do mecanismo “acelerador”, da medida de valorização para assistentes operacionais com mais de 30 anos de antiguidade ou da opção gestionária do Município. O encerramento do biénio de avaliação 2023-24 e a preparação de 2025, considerando as profundas alterações introduzidas pela legislação, exigiram forte empenho de toda a estrutura, sublinhando-se a realização de ações de formação para o Executivo, dirigentes, coadjuvantes e trabalhadoras/es. A formação continuou, aliás, a ser uma aposta forte, com registo de 405 ações, num total de 18 mil horas. Destaque para a formação on job nos setores operacionais e cursos especializados que colmataram lacunas em áreas onde não tem sido possível recrutar, o pacote de formação inicial para quem entra de novo, com posto de trabalho informatizado, ou o programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que permitiu a seis trabalhadoras/es verem certificada a sua habilitação escolar de 12.º ano. Fazendo jus à distinção como marca “Entidade Empregadora Inclusiva”, o Município dinamizou iniciativas promotoras de inclusão, da formação em Língua Gestual Portuguesa para o Atendimento à realização de estágios curriculares e profissionais e outras experiências de trabalho ou formação para pessoas com deficiência. As/os auxiliares de ação educativa usufruíram de formação especializada em várias temáticas, incluindo capacitação para trabalhar com Crianças com Necessidades Educativas Específicas, no Espectro do Autismo. Na Saúde Ocupacional, mais do que duplicou o número de exames complementares de diagnóstico realizados e foram dinamizadas múltiplas campanhas de informação e sensibilização. O projeto multiplataforma “Calendário dos Afetos” reforçou a visibilidade e conhecimento da Organização sobre saúde mental, objetivo partilhado com o público externo em mais uma edição do seminário nacional “Saúde Positiva”, com uma centena de participantes.

O trabalho realizado por administração direta continua a ser essencial, internamente e na concretização da atividade promovida ou apoiada pelo Município, capitalizando o saber fazer das equipas, o profundo conhecimento do território e a forte ligação aos agentes locais. No final do ano, a Frota Municipal dispunha de 156 veículos, incluindo seis novos ligeiros de passageiras/os, um veículo de desobstrução de coletores, dois ligeiros de mercadorias e um pesado de mercadorias. No que respeita a instalações, destaca-se o concurso para a 3.ª fase de requalificação do edifício dos Paços do Concelho (finda a segunda, que, além do Salão Nobre, incidiu sobre um conjunto de espaços e estruturas importantes para o quotidiano das/os trabalhadoras/es e tornou o primeiro andar acessível), a conclusão do projeto para adaptação do edifício Coopinhal e o aumento da capacidade de resposta a pequenas reparações e beneficiação de edifícios.

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2024, de 8 de janeiro, obrigaram à rápida adaptação da Organização, em particular, no que respeita aos serviços online, que tiveram, ao longo do ano, incremento no número de formalidades no Urbanismo, bem como em áreas como o Associativismo ou Cemitérios. Foram verificados os impactos desta nova legislação em diversos Regulamentos Municipais em vigor e tiveram início os procedimentos de adaptação. As questões da Cibersegurança tiveram especial atenção e sublinham-se investimentos superiores a 430 mil euros na renovação do parque informático e licenciamento de software de produtividade. A intranet e a gestão da assiduidade foram atualizadas e o alargamento da solução de Centro de Contacto à gestão do correio eletrónico do Urbanismo, para uma gestão centralizada, contribuiu para otimizar os tempos de resposta.

Os balcões de Atendimento são o principal rosto do Município junto da comunidade, sendo determinante a capacidade de adaptação às diferentes situações e expectativas das/os utentes, a qualificação e capacitação das equipas e a simplificação de procedimentos. Ressalva-se a aquisição e adaptação de uma viatura para o atendimento móvel, a fim de garantir melhores condições de trabalho e acolhimento e alargar o número de serviços disponíveis na Loja Móvel do Cidadão.

O programa “Eu Participo!”, que agrega os diversos projetos de participação cidadã, é um pilar da política municipal, na defesa de uma gestão participada, transparente e próxima das pessoas. As sessões de prestação de contas e apresentação de propostas a incluir no plano de investimentos do Município resultou na validação de 438 propostas da cidadania, e, internamente, o processo continuou a reforçar a comunicação e a disseminar informação de interesse, contribuindo para uma Organização mais coesa, apesar da heterogeneidade. As Semanas das Freguesias apresentaram programas de trabalho intensos,



C.M.
A.M.
Assessor de 8.º ciclo
Assessor de 9.º ciclo
Assessor de 10.º ciclo
Assessor de 11.º ciclo
Assessor de 12.º ciclo
Assessor de 13.º ciclo
Assessor de 14.º ciclo
Assessor de 15.º ciclo
Assessor de 16.º ciclo
Assessor de 17.º ciclo
Assessor de 18.º ciclo
Assessor de 19.º ciclo
Assessor de 20.º ciclo
Assessor de 21.º ciclo
Assessor de 22.º ciclo
Assessor de 23.º ciclo
Assessor de 24.º ciclo
Assessor de 25.º ciclo
Assessor de 26.º ciclo
Assessor de 27.º ciclo
Assessor de 28.º ciclo
Assessor de 29.º ciclo
Assessor de 30.º ciclo
Assessor de 31.º ciclo
Assessor de 32.º ciclo
Assessor de 33.º ciclo
Assessor de 34.º ciclo
Assessor de 35.º ciclo
Assessor de 36.º ciclo
Assessor de 37.º ciclo
Assessor de 38.º ciclo
Assessor de 39.º ciclo
Assessor de 40.º ciclo
Assessor de 41.º ciclo
Assessor de 42.º ciclo
Assessor de 43.º ciclo
Assessor de 44.º ciclo
Assessor de 45.º ciclo
Assessor de 46.º ciclo
Assessor de 47.º ciclo
Assessor de 48.º ciclo
Assessor de 49.º ciclo
Assessor de 50.º ciclo
Assessor de 51.º ciclo
Assessor de 52.º ciclo
Assessor de 53.º ciclo
Assessor de 54.º ciclo
Assessor de 55.º ciclo
Assessor de 56.º ciclo
Assessor de 57.º ciclo
Assessor de 58.º ciclo
Assessor de 59.º ciclo
Assessor de 60.º ciclo
Assessor de 61.º ciclo
Assessor de 62.º ciclo
Assessor de 63.º ciclo
Assessor de 64.º ciclo
Assessor de 65.º ciclo
Assessor de 66.º ciclo
Assessor de 67.º ciclo
Assessor de 68.º ciclo
Assessor de 69.º ciclo
Assessor de 70.º ciclo
Assessor de 71.º ciclo
Assessor de 72.º ciclo
Assessor de 73.º ciclo
Assessor de 74.º ciclo
Assessor de 75.º ciclo
Assessor de 76.º ciclo
Assessor de 77.º ciclo
Assessor de 78.º ciclo
Assessor de 79.º ciclo
Assessor de 80.º ciclo
Assessor de 81.º ciclo
Assessor de 82.º ciclo
Assessor de 83.º ciclo
Assessor de 84.º ciclo
Assessor de 85.º ciclo
Assessor de 86.º ciclo
Assessor de 87.º ciclo
Assessor de 88.º ciclo
Assessor de 89.º ciclo
Assessor de 90.º ciclo
Assessor de 91.º ciclo
Assessor de 92.º ciclo
Assessor de 93.º ciclo
Assessor de 94.º ciclo
Assessor de 95.º ciclo
Assessor de 96.º ciclo
Assessor de 97.º ciclo
Assessor de 98.º ciclo
Assessor de 99.º ciclo
Assessor de 100.º ciclo

Introdução

que reforçaram o relacionamento com as autarquias, populações e agentes locais e agilizaram a resolução de questões de gestão corrente, sendo de particular importância as “Mostras de Projetos”, com apresentação e recolha de contributos sobre vários projetos em desenvolvimento. Iniciado em 2015, o Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e Juvenil continuou a despertar, nas novas gerações, o interesse por uma cidadania interventiva e informada, com resultados concretos junto da comunidade e no quotidiano das escolas. São exemplo várias plantações de árvores, a criação de uma sala multiusos da EB Olhos de Água 2 ou a requalificação do logradouro da EB Lagoa da Palha, intervenções solicitadas pelas crianças, cujas propostas de solução foram partilhadas com elas e com a comunidade educativa. Ainda neste âmbito, a exposição “A nossa voz” reuniu trabalhos desenvolvidos desde 2011 e enquadrou o lançamento da publicação “A tua voz”, compilação de mais de uma centena de textos escritos por estas/es jovens ativistas dos direitos humanos.

No âmbito do trabalho desenvolvido na Rede de Autarquias para a Igualdade, destaca-se a participação ativa na construção da campanha nacional para partilha de responsabilidades familiares por homens e mulheres “Responsabilidades partilhadas, tempo multiplicado” e a organização de um conjunto de webinars temáticos. A disseminação do trabalho no campo da promoção da igualdade e não discriminação continuou, também, junto da comunidade e das escolas, para um território mais equilibrado e inclusivo, confirmado pela CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, através de uma distinção na 7.ª edição do Prémio “Viver em Igualdade”.

A entrega dos novos veículos urbanos de combate a incêndios dos Bombeiros de Águas de Moura e de Palmela, já ao serviço, representam o cumprimento do compromisso do Município no apoio às três corporações do Concelho para a necessária renovação da frota, tendo sido pagas tranches do apoio aos Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo. A participação municipal no funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, Equipas de Intervenção Permanente, seguros de viaturas e aquisição de veículos somou, em 2024, perto de um milhão de euros. Destaca-se, também, a aprovação do Programa Municipal de Execução de Palmela (o primeiro do país) e a revisão e aprovação do Programa Operacional Municipal pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, tendo o Município trabalhado ativamente, em diversas frentes, ao longo do ano, na prevenção e combate a incêndios. Medidas de autoproteção, manuseamento de extintores ou uso correto do fogo foram alguns dos temas tratados pela Academia da Proteção Civil, em múltiplas ações junto de IPSS, escolas, movimento associativo e população em geral, para comunidades mais resilientes. Em maio, foi adjudicada a empreitada de construção do Posto da GNR em Poceirão, tendo sido publicada, em dezembro, a respetiva Portaria de Extensão de Encargos pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

No arranque do ano letivo 2024-25, registou-se a abertura de uma nova sala de pré-escolar (EB Cabanas) e uma turma de 1.º ciclo (EB Zeca Afonso, Pinhal Novo), que testemunham o crescimento demográfico e a necessidade de alargamento e ordenamento prospetivo da rede escolar pública. Nesse sentido, encontra-se em elaboração a revisão da Carta Educativa de Palmela, por uma equipa do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tendo sido entregues os capítulos de enquadramento e diagnóstico. A conclusão do Pavilhão Municipal de Palmela representou o culminar de mais de três décadas de reivindicações, conferindo condições de excelência às/aos alunas/os da Escola Secundária de Palmela para a prática desportiva. Sublinha-se, também, a conclusão da substituição integral da cobertura do jardim-de-infância n.º1 de Olhos de Água, da obra de reforço estrutural da EB da Palhota e da criação do espaço multiusos da EB n.º2 de Olhos de Água, bem como do projeto de execução para uma nova EB em Palmela. Num período marcado pela adjudicação de múltiplos projetos e empreitadas, que dão prossecução aos objetivos de permanente qualificação do parque escolar,

477

municipal, é de referir, ainda, a conclusão de beneficiações e instalação de novos equipamentos, pisos amortecedores e relva sintética nos Espaços de Jogo e Recreio das escolas básicas Palmela 2, Algeruz-Lau, António Santos Jorge (Pinhal Novo) e José Saramago (Poceirão).

O pacote de medidas de apoio social continuou a apoiar centenas de famílias, salientando-se a entrega de 74 Bolsas de Estudo, referentes ao ano letivo 2023-24, e a aprovação do aumento do número de Bolsas para 100. O Município forneceu, em média, 3.950 refeições diárias e assegurou refeições nas pausas letivas para beneficiárias/os dos escalões A e B. Projetos educativos como o “Fantasiarte” (que celebrou a sua 30.ª edição), o “Aprender a Nadar” ou os “Jogos Desportivos Escolares” (com uns expressivos 7.766 participantes) continuaram a dinamizar a vida interna das escolas e a promover relações de partilha e interação entre a comunidade educativa. A OIL Poceirão-Marateca tem conferido particular atenção à Educação, enquanto motor incontornável de desenvolvimento e sustentabilidade, sendo exemplos, na Escola Básica e Secundária José Saramago (Poceirão) a inauguração da sala S.T.E.A.M. e do Laboratório Ambiental, e ações de capacitação para docentes e alunas/os.

Na área da Saúde, o processo de assunção de competências da Administração Central avançou, não obstante dificuldades várias e a constatação do péssimo estado das instalações e equipamentos das unidades de saúde, tendo sido priorizadas pelo Município mais de uma centena de ações de conservação urgente, bem como algumas intervenções profundas. Teve início a empreitada de beneficiação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Pinhal Novo - Zeca Afonso e foram lançados os procedimentos relativos às UCSP de Águas de Moura e de Poceirão, inseridos na OIL, e, em dezembro, procedeu-se à instalação do Conselho Municipal de Saúde. As ações de literacia e promoção da saúde, com recurso à Unidade Móvel, abrangeram mais de 2.500 participantes, com destaque para as ações nas escolas. Entretanto, concluiu-se o projeto relativo à Unidade de Saúde a construir em Quinta do Anjo, em terreno cedido pelo Município, encontrando-se a decorrer, a 31 de dezembro, o concurso para a respetiva empreitada.

Uma Rede Social forte é fundamental para a promoção do desenvolvimento social e erradicação da pobreza e da exclusão. A equipa multidisciplinar do projeto “Radar Social” veio reforçar o trabalho de parceria e referenciação destes problemas no Concelho e iniciou a sua atividade, precisamente, com a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, já aprovados pelo Conselho Local de Ação Social. Destaca-se, também, a constituição do Núcleo Local da Garantia para a Infância de Palmela, incluindo 14 entidades parceiras, e a assinatura do protocolo com a coordenação nacional. O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social manteve a sua atividade regular, coordenada pelo Município, tendo os protocolos com as três IPSS de referência sido aditados para vigência até ao final de 2025. Foram acompanhadas perto de seis centenas de famílias e aprovados 237 Acordos de Intervenção e 384 Contratos de Inserção. Projetos e serviços como o “Clique sem Idade”, “Outubro MAIOR”, “Ruralidades” ou o Serviço Municipal de Teleassistência “Cuidar +” continuaram a reforçar imagens positivas do envelhecimento e a combater o isolamento das pessoas de idade maior. A distribuição dos Cabazes Solidários Saudáveis, à base de carne de aves, abrangeu 2.176 municípios, complementando os bens entregues pelo Banco Alimentar, e o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes realizou centenas de atendimentos em todo o Concelho, demonstrativos da sua pertinência.

Num contexto de necessidade do aumento de respostas sociais, o Município continuou a apoiar as IPSS locais na prossecução da sua atividade e concretização de projetos e obras, salientando-se, neste período, parcerias com a Associação dos Idosos de Palmela, a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores e a Santa Casa da Misericórdia de Palmela, bem como o conjunto de intervenções de requalificação de instalações previstas na OIL e assumidas diretamente pelo Município: Centro Comunitário de S. Pedro em Cajados – Cáritas Diocesana de Setúbal (concluída), Casa do Povo de Palmela - Centro Social em Lagameças (em curso) e Centro Social de Palmela - JI “A Cegonha” em Poceirão (projeto de execução).

Em 2024, o Município atribuiu 23 fogos, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, no total de 39, e reviu o Regulamento Municipal de Habitação, com introdução do Regime de Arrendamento Acessível, visando abranger um maior número de agregados, com níveis de rendimento intermédios. Foram adquiridos mais cinco fogos para reabilitação e atribuição em regime de arrendamento apoiado e desenvolveram-se múltiplas empreitadas de reabilitação ou de obras mais ligeiras, quer em fogos adquiridos, quer em habitações já integradas no parque habitacional municipal, bem como estudos



Introdução

prévios e projetos de arquitetura e especialidades para construção ou reabilitação de vários fogos. No entanto, a crise no setor da construção, com dificuldades em responder às solicitações do mercado, afetou vários procedimentos lançados, o que resultou numa Oferta Pública de Aquisição sem efeito e em vários concursos de conceção/execução desertos. Regista-se o arranque da empreitada de construção de habitação coletiva em Brejos de Carreteiros (Quinta do Anjo) pela Fundação COI, em terreno cedido pelo Município, num projeto pioneiro em Portugal.

Os 45 dias de Discussão Pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, antecidos de quatro sessões públicas de esclarecimento descentralizadas, resultaram no apuramento de 267 participações efetivas, demonstrativas do elevado nível de participação e envolvimento de interessadas/os no processo. Durante o último trimestre do ano, procedeu-se à sistematização e ponderação de cada uma, com elaboração de ficha individual e, em alguns casos, à adaptação da proposta de Plano, a submeter à tutela, em sede de conferência decisória. Uma maior dinâmica verificada nas AUGI exigiu acompanhamento permanente, sendo de registar, por exemplo, a aprovação das obras de urbanização na AUGI Quinta da Torre/Cabanas e a receção provisória parcial das obras de urbanização remanescentes na AUGI de Brejos Carreteiros.

Na área de intervenção do Centro Histórico de Palmela, concluiu-se o Estudo e Plano de Revitalização Económica, elaborado pelo Instituto Politécnico de Setúbal e colocado à apreciação do público. O projeto para requalificação de vários arruamentos foi adjudicado e sublinha-se a recuperação do Salão Nobre e de outras áreas dos Paços do Concelho, edifício quinhentista de grande importância histórica e identitária. O processo anual de identificação predial voluntária, para efeitos de minoração de IMI, registou o número mais elevado desde o início da aplicação da medida, em 2006: 647 prédios, dos quais 328 arrendados. O novo processo de identificação sistemática de prédios causadores de risco nesta Área de Reabilitação Urbana resultou em vistorias para a determinação de trabalhos em 36 edifícios, num processo que tem espoletado a atuação das/os proprietárias/os, com resultados transformadores.

Os equipamentos culturais municipais são cada vez mais procurados por públicos de diversos segmentos e proveniências, que encontram nesta rede descentralizada um importante conjunto de valências. As Bibliotecas Municipais registaram um incremento de 21 mil utilizadoras/es, fruto da sua enorme dinâmica e de uma extensa programação. Durante o ano, decorreram obras de beneficiação da sala multiusos da Biblioteca de Pinhal Novo e foi lançado procedimento para a requalificação do edifício que o polo de Quinta do Anjo partilha com o balcão de atendimento municipal. Financiado pela OIL, o Centro Cultural de Poceirão (que foi alvo de uma obra para aumento da eficiência energética, ao longo do segundo semestre), acolheu um espaço MAKER, que funcionará como uma extensão da sala STEAM da EB José Saramago, permitindo às famílias concretizar projetos em áreas como a automação e robótica, a eletricidade e eletrónica, ou os audiovisuais. Dentro do projeto de “Formação para a Comunidade”, merecem destaque os cursos de Português Língua de Acolhimento, que contaram com 1.802 participantes.

Concluído o estudo e o projeto de reabilitação para estabilização da estrutura de Torre de Menagem e Corpos Contíguos do Castelo, bem como o projeto referente aos guarda-corpos para os baluartes, o Município desenvolveu, também, um projeto de reabilitação para a ruína da Igreja de S. Pedro da Marateca (OIL), lugar de identidade e memória do lugar. As iniciativas de investigação e divulgação da história local, mais remota ou contemporânea, incluindo cursos, visitas, exposições ou edições bibliográficas, continuaram a atrair um público muito interessado. De igual modo, a programação do Serviço Educativo e do Museu A Estação estimularam o convívio intergeracional e inclusivo.

Da música à dança, do teatro ao cinema, dos encontros para reflexão à disponibilização de novos serviços (como o Gabinete de Inserção Profissional, assegurado pela cooperativa SEIES no Monte do Francisquinho), os novos Centros Comunitários já firmaram o seu lugar junto das comunidades que

471 +
servem e os equipamentos mais antigos continuam a reinventar-se, com uma programação de qualidade (de volume dificilmente reproduzível neste documento) e sempre de portas abertas para os parceiros locais e para a realização de grandes eventos. As festividades locais, com destaque, pela dimensão e impacto, para as Festas Populares de Pinhal Novo e a Festa das Vindimas, foram confrontadas com um preocupante aumento dos preços de produção, a par da diminuição de patrocínios angariados, o que exigiu empenho redobrado do Município nos apoios globais, incluindo o trabalho direto de muitas equipas municipais, com vista à concretização do seu intenso calendário.

Também na área desportiva, o alargamento da rede de equipamentos tem sido objetivo do Município, que concluiu, em 2024, o já referido Pavilhão Municipal de Palmela e Campos de Padel no complexo de piscinas municipais de Pinhal Novo, investiu fortemente na requalificação de Espaços de Jogo e Recreio e circuitos fitness, em todo o Concelho, bem como na instalação de novos em zonas abrangidas por obras de requalificação do espaço público, e preparou projetos relativos à Pista Simplificada de Atletismo de Pinhal Novo, à ampliação da zona desportiva junto ao CRJ de Quinta do Anjo ou à requalificação da Praceta Antero de Quental, na mesma localidade. No âmbito da OIL, foi adjudicado o projeto de requalificação de instalações desportivas do Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura. Tal como na Cultura, o calendário de eventos promovidos ou apoiados pelo Município é extenso e de qualidade, com as atividades de ar livre a assumirem-se, também, como fator de atratividade para o território. Entre os diversos programas de desenvolvimento de modalidades e de promoção do desporto, merecem referência os projetos “Ciclismo vai à Escola”, que continua a expandir-se para outras escolas e freguesias, e “Palmela – Judo na Escola”, experiência iniciada em três escolas, bem como o Programa de Desenvolvimento do Desporto Adaptado, que proporcionou atividades de natação, Boccia, equitação e judo adaptados, maioritariamente para alunas/os das escolas. A importância da prática desportiva para a saúde, inclusão e desenvolvimento das pessoas com deficiência motivou a realização, em parceria, do II Congresso de Desporto Adaptado em Palmela.

O trabalho municipal com e para a juventude continua a ter no “Março a Partir” o momento alto de divulgação da atividade e contacto com a comunidade, patente, também, em projetos como o Concurso de Bandas Amadoras, a participação no Festival da Juventude, os programas de animação das pausas letivas ou as ações de formação, capacitação e voluntariado. Não obstante, a política municipal de Juventude consubstancia-se, de forma transversal, em medidas vertidas nas áreas da Educação, Habitação, Cultura, Desporto, Ambiente, Participação Cidadã ou Saúde.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Concluída a elaboração do Roteiro de Transição para a Neutralidade Climática de Palmela, na sequência do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC), o Município assinou o Memorando de Entendimento para a Neutralidade Carbónica do Território Arrábida, com os municípios de Sesimbra e Setúbal e vários agentes da região. A plantação de muitas centenas de árvores, ao longo do ano - quer para complementar o arvoredo urbano, quer na Quinta da Glória (Aires), na campanha “A nossa Serra - Ama. Planta. Cuida”, quer, ainda, no âmbito das diversas fases do projeto “Pinhal Novo Verde”, que está a criar ilhas de sombra para combater ondas de calor - é uma medida central e de continuidade, na estratégia de proteção ambiental do Município. Sempre presentes na celebração de efemérides, as ações de plantação foram acompanhadas de caminhadas e percursos de sensibilização para o nosso património natural e iniciativas como o “CicloExpresso”, projeto-piloto de comboio de bicicletas para a EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). Concluída a ampliação da Horta Comunitária de Quinta do Anjo, foram atribuídas as novas parcelas, com formação teórico-prática. No campo da valorização do espaço público, ressalva-se a remodelação da praceta nascente da Nova Palmela e a requalificação dos espaços exteriores da urbanização Expofirme, ambas em Palmela, a requalificação de canteiros em várias zonas do Concelho e a adjudicação de projetos relativos ao arranjo paisagístico da Avenida dos Bombeiros (Palmela) e à recuperação da placa central da Quinta da Asseca (Baixa de Palmela). Apesar da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, merecem destaque, pela vasta área coberta, as ações de corte de prado e mondas realizadas pelas brigadas municipais.

No ano em que a rede de parques caninos cresceu, com a abertura de um novo equipamento, em Pinhal Novo, o CROA incrementou as ações de esterilização de animais, quer por via de campanhas



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Emmanuel Pó", "P. M.", and "471"]

Introdução

CED (Captura, Esteriliza, Devolve), quer da adoção na comunidade, sublinhando-se um total de 930 felinos esterilizados. A instalação de mais um abrigo, em Águas de Moura, foi acompanhado de ações de sensibilização para cuidadoras/es (OIL).

Na área da Energia, a integração de espaços anteriormente não previstos justificou a expansão do contrato ESE e vários espaços públicos do Concelho foram dotados de iluminação solar. Manteve-se a preocupação global com a eficiência energética, das obras no parque habitacional às unidades de saúde. No período, decorreu o concurso para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de 19 postos de carregamento rápidos e semirrápidos.

A beneficiação da rede viária municipal teve, em 2024, particular enfoque em zonas periurbanas, com a conclusão da pavimentação das ruas dos Alegrias e do Montinhoso – troço nascente (Pinhal Novo), da Etiópia (Poceirão) e Francisco Romão (Aqualva) e de um troço da Av. Marechal Costa Gomes (Lagoinha), bem como da repavimentação da Rua do Caixinhas (Cajados) e da Estrada dos Carvalhos (Palmela). As equipas técnicas concluíram um importante conjunto de projetos, com procedimentos para empreitada a decorrerem este ano. Na área da Mobilidade, o Município continua a acompanhar a TML na operação em curso, bem como na elaboração do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável, e concluiu-se o projeto de acessibilidades “360.º Pinhal Novo – Zona Sul”.

Manteve-se o forte investimento na ampliação e renovação de infraestruturas, com maior incidência na zona de confluência entre as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo: infraestruturização da Rua de Holanda (Vale de Touros), do troço entre as ruas da Paz e de S. Francisco (Lagoinha), da Rua da Lusitânia (Lagoinha), da Rua José da Cruz Coelho (infraestruturização faseada da Quinta do Canastra/Sobral – Pinhal Novo), ligação da rede de drenagem em Vale de Touros ao coletor da Rua do Aviário (Lagoinha) e construção da rede de esgotos na Rua dos Couceiros e EN 379-2 (Olhos de Água). Concluídos, também, o prolongamento da Rua João de Deus e a drenagem de águas residuais domésticas na Rua Voz do Operário e no Bairro Maria de Lurdes, no Penteado (Pinhal Novo). Realizaram-se prolongamentos nas redes de distribuição de água nas ruas do Faia (Penalva) e Francisco Guerra, Foros do Trapo (Poceirão), foi remodelada a rede na Rua Miguel Cândido (Cabanas) e procedeu-se à integração do subsistema de água da Lagoinha no centro de comando da telegestão. No âmbito da OIL, realizou-se um novo furo de captação de água subterrânea em Fernando Pó para o abastecimento público e foi executado um estudo com vista à implementação de ações de promoção da economia circular junto de agroindústrias. Pela sua enorme complexidade e impacto, o projeto relativo à segunda fase de regularização da Ribeira da Salgueirinha continuou em execução.

O objetivo de incremento da recolha de biorresíduos avançou em diversas frentes. A recolha porta-a-porta foi alargada a Aires e Portal Branco (Palmela) e Bairro Lencastre (Pinhal Novo), abrangendo mais 240 habitações unifamiliares; a recolha coletiva em zonas de prédios avançou, também, em Aires, Monte Novo e Vila Serena (Pinhal Novo) e Portais da Arrábida (Quinta do Anjo), com 912 adesões; a compostagem comunitária em Águas de Moura, Poceirão e Quinta do Anjo cativou 36 agregados familiares, cujas deposições resultaram na produção de 960 kg de composto. A parceria com o Electrão, vocacionada para resíduos elétricos e eletrónicos, teve início em abril, nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, e resultou, até ao final do ano em 200 recolhas a pedido. O novo modelo de funcionamento da recolha de Óleos Alimentares Usados, com equipamentos inteligentes e georreferenciados, permitiu a otimização do serviço, determinante para prevenir a poluição da água com este resíduo e para a sua valorização, resultando na produção de biodiesel. Apesar do aumento exponencial das quantidades de resíduos sólidos urbanos e valorizáveis recolhidos e à entrega de 10,7 t de monos e de 676,6 t de verdes limpos para compostagem, a deposição desregrada e criminosa de resíduos continuou a não dar tréguas, o que justificou a implementação da campanha de sensibilização ambiental “Alerte, deposite e cuide. A nossa Terra agradece!”.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

A estratégia de promoção e afirmação turística do Concelho de Palmela continuou, de forma orgânica, a potenciar os valores endógenos e a desenvolver propostas que acrescentam valor ao território e esbatem fronteiras, na centralidade Arrábida da Região de Turismo de Lisboa. A BTL, as Feiras Nacionais de Agricultura e de Gastronomia de Santarém ou a Mostra de Silves – Capital da Laranja voltaram a ser palcos de grande interesse e visibilidade para Palmela, que também passou a “circular” em estradas internacionais, através de uma parceria com uma empresa transportadora. O protocolo com Sesimbra e Setúbal e com o ICNF, para valorização do Parque Natural da Arrábida e dinamização da rede de percursos pedestres, e a disponibilização de uma aplicação com percursos audioguiados bilingues no Parque e na Vila de Palmela são importantes contributos para a prática de Turismo de Natureza. No Turismo Religioso, voltaram a ter destaque as comemorações do Dia de Santiago, com a apresentação do traçado intermunicipal do Caminho de Santiago – variante da Península de Setúbal.

O programa “Palmela – Experiências com Sabor” 2024 continuou a promover os melhores sabores locais, dinamizando o setor da restauração, e está bem consolidado na comunidade, como outros certames, promovidos ou apoiados pelo Município e que são, já, incontornáveis no calendário regional e nacional de eventos: Palmela Wine Jazz, Feira Medieval de Palmela, Fórum Turismo, Festival Queijo, Pão e Vinho, Mostra de Vinhos de Fernando Pó, Mercado Caramelo ou Feira Comercial e Agrícola de Poceirão. Na reta final do ano, o estabelecimento de uma parceria com a Associação de Escanções de Portugal permitiu acolher, em Palmela, o Concurso Nacional de Escanções, o 1.º Concurso Nacional Casta Castelão - objetivo antigo que permitiu valorizar a nossa casta “rainha”, a nível nacional – e a apresentação do Manual de Elaboração de Cartas de Vinhos, projeto pioneiro que, a par de formações certificadas de serviços de vinhos, se constitui como importante contributo para a qualificação do nosso tecido económico. Enquadradas pela OIL, decorreram múltiplas oficinas de capacitação, quer vocacionadas para a empregabilidade jovem e upskilling, quer para a concretização de pequenos negócios, e concluiu-se o projeto de execução relativo à requalificação do Parque Mário Bento, em Poceirão, que ficará preparado para acolher espaços de incubação de projetos do setor agrícola. A Incubadora de Empresas viu autonomizarem-se vários projetos e acolheu novas/os empreendedoras/es, quer fisicamente, quer em incubação virtual, ao mesmo tempo que continuou a fortalecer redes de parcerias com outros projetos e entidades.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 68,5 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2021/2024 e apresentam uma taxa de execução de 94,7%. Comparativamente a 2023, as receitas aumentaram cerca de 2,8 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 28,1 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 41,0% do total da receita arrecadada.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um valor de 2,7 milhões de euros, o que representa 4% do total da receita arrecadada.

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 17,9 % (mais 3 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (mais 2 milhões de euros) devido à transferência de receitas no âmbito das transferências de competências (mais 1,3 milhões de euros) e da Participação Fixa do IRS (mais 715 mil euros). Em sentido inverso o Fundo Equilíbrio Financeiro apresenta uma diminuição de 12,1% (menos 461 mil euros).

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 28,2 % (mais 897 mil euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido em 2024 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam o valor de 1 milhão de euros arrecadados em 2024, enquanto que no ano anterior recebeu-se 527 mil de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 71,4 milhões de euros, menos 4,3% que no ano 2023, dos quais 40,7 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Câmara Municipal', 'A.M.', and various personal signatures]

Introdução

seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,7%.

As despesas com pessoal registam em 2024, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1 milhão de euros (+3,6 %). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória que impactaram na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única (Decreto-Lei n.º 108-2023 de 22 de novembro) bem como medidas de valorização da carreira técnica superior (Decreto-Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro) e da categorias de assistente operacional para as/os detentores do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores percentuais que servem de referencial ao cálculo do valor hora, de diversos suplementos remuneratórios, designadamente trabalho noturno e trabalho suplementar. De salientar o acréscimo para o dobro das percentagens do abono a título de trabalho suplementar, a partir das 100 horas anuais (art.º 8º do Decreto Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro).

Destaca-se ainda, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo Decreto-Lei 75/2023 de 29 de agosto (aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público: 18 anos de serviço e 6 pontos no SIADAP), com abrangência de um universo de 104 trabalhadoras/es e alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária) de 34 trabalhadoras/es. O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2024, foi de cerca de 21,8 milhões de euros, enquanto que, 2023 se registou um valor de cerca de 20,6 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 21,6%, passando de 739 mil euros em 2023, para 838 mil euros em 2024.

A Aquisição de Bens de Capital, registou uma redução face a 2023 de 30,8%, em termos absolutos, (-4,7 milhões de euros), o que representa o valor mais baixo em termos absolutos no quadriénio (10,6 milhões de euros), este decréscimo deve-se, essencialmente, ao volume de investimentos realizados em 2023, no âmbito da Estratégia Local de Habitação e da Rede Viária.

A Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma diminuição de 700 mil de euros (-3,4%), comparativamente ao ano 2023. Esta diminuição resulta, essencialmente, na adoção de uma política de pagamentos mais diluída.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos a M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2024, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,6 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 6,7 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não são possíveis apurar com rigor.

Palmela, 16 de abril de 2025

O Presidente da Câmara

ÁLVARO MANUEL BALSEIRO AMARO



C.M. A.M.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Índice

Índice

CAPÍTULO I: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS.....	5
1. Assembleia Municipal.....	5
2. Câmara Municipal	6
CAPÍTULO II: RELATÓRIO DE GESTÃO.....	11
1. Análise da Execução Orçamental	11
1.1. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO INICIAL.....	12
1.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	12
1.3. ANÁLISE SUMÁRIA.....	13
1.3.1. Receita	14
1.3.2. Despesa	14
1.3.3. Saldo de Tesouraria	14
1.4. ANÁLISE DETALHADA	15
1.4.1. Receita	15
1.4.2. Despesa	21
1.4.3. Comparação entre Receitas e Despesas – Limites Legais	30
2. Análise de Indicadores	31
2.1. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA ECONÓMICA.....	31
2.2. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA FINANCEIRA	33
2.3. OUTROS RÁCIOS.....	34
2.3.1. Meios Humanos	34
2.3.2. Meios Financeiros.....	34
2.3.3. Eficácia	34
2.3.4. Eficiência e Produtividade.....	35
3. Endividamento Municipal	35
4. Grandes Opções do Plano	39
5. Plano Plurianual de Investimentos.....	46
CAPÍTULO III: DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS	49
1. Demonstrações Orçamentais	49
1.1. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL	51
1.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	55
1.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	63
1.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	71
1.5. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	85
1.6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	121
1.6.1. Alterações Orçamentais da Receita	123
1.6.2. Alterações Orçamentais da Despesa	129
1.6.3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	153
1.6.4. Alterações às Grandes Opções do Plano	165
1.6.5. Operações de Tesouraria	195
1.6.6. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	205
1.6.7. Contratação Administrativa – Adjudicações por Tipo de Procedimento	221

1.6.8.	Transferências e Subsídios Concedidos.....	225
1.6.9.	Transferências e Subsídios Recebidos	273
1.6.10.	Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos	289
1.6.11.	Encargos Contratuais	293
2.	Demonstrações Financeiras.....	303
2.1.	BALANÇO.....	305
2.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	309
2.3.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (DAPL).....	313
2.4.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	317
2.5.	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024.....	320
CAPÍTULO IV: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS SERVIÇOS		345
1.	Funções Gerais	345
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	345
1.1.1.	Transportes.....	346
1.1.2.	Conservação e Logística	347
1.1.3.	Parque de Máquinas e Oficina Auto	351
1.1.4.	Aprovisionamento.....	352
1.1.5.	Gestão do Património Municipal	353
1.1.6.	Contabilidade, Finanças, Planeamento e Auditoria	355
1.1.7.	Informação e Comunicação	357
1.1.8.	Qualidade, Modernização e Tecnologias da Informação	362
1.1.9.	Recursos Humanos.....	368
1.1.10.	Projetos de Participação e Cidadania.....	383
1.1.11.	Atendimento Municipal	392
1.1.12.	Fiscalização	398
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.....	399
1.2.1.	Proteção Civil.....	400
1.2.2.	Prevenção de Riscos e Sensibilização	401
1.2.3.	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.....	403
1.2.4.	Segurança	404
2.	Funções Sociais.....	404
2.1.	EDUCAÇÃO	404
2.1.1.	Rede e Parque Escolar.....	405
2.1.2.	Ação Socioeducativa e Pedagógica	408
2.1.3.	Ação Social Escolar e Transportes.....	410
2.1.4.	Outras Atividades	413
2.1.5.	Desporto Escolar	415
2.2.	SAÚDE.....	415
2.2.1.	Saúde Ocupacional	416
2.2.2.	Promoção da Saúde	421
2.2.3.	Outras Atividades	422
2.3.	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS.....	426
2.3.1.	Cooperação Institucional	426
2.3.2.	Programas e Projetos de Intervenção Social	429
2.3.3.	Redes e Parcerias	431
2.3.4.	Medidas de Apoio Social.....	432
2.3.5.	Outras Atividades	434
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	436
2.4.1.	Habitação e Urbanismo	436
2.4.2.	Ordenamento do Território.....	450
2.4.3.	Saneamento	455
2.4.4.	Abastecimento de Água	458
2.4.5.	Resíduos Sólidos.....	462
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	467
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS.....	475
2.5.1.	Cultura	476
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer.....	517
3.	Funções Económicas.....	527
3.1.	INDÚSTRIA E ENERGIA	527
3.1.1.	Iluminação Pública.....	528
3.1.2.	Eficiência Energética.....	528
3.2.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	529



C.M. A.M.
Ferreira de Brito
477
8

Índice

3.2.1.	Rede Viária	530
3.2.2.	Mobilidade.....	532
3.3.	COMÉRCIO E TURISMO	533
3.3.1.	Mercados e Feiras	534
3.3.2.	Promover a oferta turística do concelho.....	534
3.3.3.	Cooperação e Parcerias para o Desenvolvimento da Economia Local.....	541
3.4.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	544
3.4.1.	Metrologia.....	546
3.4.2.	Informação e Apoio ao Consumidor	546
4.	Outras Funções	546
4.1.	PROJETOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	546
4.1.1.	Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia	546
4.2.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS.....	548
4.2.1.	Projetos Transnacionais de Cooperação	548
4.2.2.	Financiamentos Externos	550
4.2.3.	Mecenato e Patrocínios.....	558
CAPÍTULO V: DECLARAÇÕES		559
1.	Declaração de Compromissos Plurianuais	561
2.	Declaração de Recebimentos em Atraso.....	563
3.	Declaração de Pagamentos em Atraso	565

A

for

to

return

7

B

or

g

477

8

11



[Handwritten signatures and initials in blue ink on lined paper. The left column is labeled 'C.M.' and the right column is labeled 'A.M.'. The signatures are mostly illegible but appear to be official approvals.]

Capítulo I:
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Capítulo I: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

1. Assembleia Municipal

COMPOSIÇÃO – MANDATO 2021/2025

- Ana Teresa Vicente Custódio de Sá – CDU
- Joaquim Pereira Pires – CDU
- Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa – CDU
- João Pedro Alves Ricardo - CDU
- Cristina Maria Palhinhas Moura – CDU
- Erica Sofia Caeiro Ribeirinho – CDU
- Andreia Sofia Dias Bento – CDU
- Valentim Rodrigues Pinto – CDU ¹
- Ricardo José de Oliveira – CDU
- Carlos Jorge Antunes Almeida - CDU
- António Manuel Caeiro Mestre – CDU
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa – CDU
- José Carlos Matias de Sousa – PS
- Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques – PS
- Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha – PS
- Maria Clara Santos Marques Félix - PS
- Ricardo Jorge de Oliveira Marques – PS
- Pedro Miguel Paula Biu – PS
- Patricia Isabel Gaspar Valente – PS
- António Manuel Camacho Guerreiro Godinho – PS

¹ Faleceu em 08.02.2024, sendo substituído por João Manuel da Cruz

- Jorge Manuel Cândido Mares – PS
- Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa – MCCP
- Diamantino de Sousa Pereira – MCCP
- Inês Raquel Guarda de Garcia – MCCP²
- Luís Miguel da Silva Marques - MCCP
- Carlos Miguel Viegas Vitorino – PPD/PSD
- Colin Michael Mateus Marques – PPD/PSD
- Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim – PPD/PSD
- Claudia Sofia Sebastião Estevão – CH
- Pedro Miguel Duarte Barão - CH
- Tânia Sofia Barroso Ramos – BE

SESSÕES REALIZADAS

Tipo	Número
Ordinárias	5
Extraordinárias	2
Total	7

2. Câmara Municipal

COMPOSIÇÃO E PELOURS – MANDATO 2021/2025

Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Presidente (CDU)

- Coordenação Geral
- Cooperação Internacional
- Planeamento e Desenvolvimento Estratégico
- Proteção Civil e Segurança
- Gestão e Planeamento Urbanístico
- Habitação – Reabilitação Urbana
- Participação e Ação Local
- Igualdade de Género
- Informação e Comunicação

Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha; Vice-presidente (CDU)

- Desenvolvimento Económico
- Turismo
- Mercados e Feiras
- Metrologia
- Defesa do Consumidor

² Renuncia de mandato em 27.06.2024, sendo substituída por Carlos Henrique Catalão Alves



C.M. A.M.

Parque de Lezíria

[Handwritten signatures and initials]

Capítulo I:
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

- Administração, Finanças e Serviços Jurídicos
- Atendimento
- Recursos Humanos, Gestão e Qualificação
- Saúde Ocupacional
- Sistemas de Informação e Modernização Administrativa
- Logística, Transportes e Conservação

Fernanda Manuela Almeida Pésinho; Vereadora (CDU)

- Ambiente
- Mobilidade e Transportes Públicos
- Águas e Resíduos Sólidos Urbanos
- Autoridade Veterinária e Bem-estar Animal
- Projetos e Obras Públicas
- Centro Histórico de Palmela

Maria João Camolas Contente Caleira; Vereadora (CDU)

- Cultura
- Desporto
- Juventude
- Bibliotecas e Património Cultural
- Educação
- Ação Social e Saúde
- Habitação Social
- Gestão do Espaço Público
- Rede Viária

Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço; Vereador (PS)

- Iluminação Pública e Eficiência Energética
- Limpeza Urbana e Manutenção de Parques e Jardins
- Cemitérios
- Toponímia
- Fiscalização Municipal

Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão; Vereador (PS)³

(Sem Pelouros)

Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo; Vereadora (PS)

(Sem Pelouros)

Carlos Manuel Barateiro de Sousa; Vereador (MCCP)

(Sem Pelouros)

Paulo Jorge Simões Ribeiro; Vereador (PPD/PSD)⁴

(Sem Pelouros)

REUNIÕES PÚBLICAS REALIZADAS

Tipo	Número
Ordinárias	23
Extraordinárias	2
Total	25

PROPOSTAS APROVADAS EM REUNIÃO DE CÂMARA

Origem	Número
Gabinete de Apoio à Presidência	36
Gabinete de Participação e Cidadania	8
Gabinete de Planeamento Estratégico	2
Serviço Municipal de Proteção Civil	5
Gabinete de Recuperação do Centro Histórico	5
Gabinete de Comunicação	0
Gabinete de Apoio à Inovação, Empresas e Financiamentos Externos	6
Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos	47
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos	8
Departamento de Obras, Logística e Manutenção	7
Departamento de Administração Urbanística	33
Departamento de Educação e Coesão Social	43
Departamento de Cultura, Desporto e Juventude	50
Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo	8
Divisão de Organização e Sistemas de Informação	4
Divisão Jurídica e de Fiscalização	4
Total	266

³ Suspendeu o mandato em 12.11.2024, sendo substituído por Julieta da Fonseca Rodrigues.

⁴ Renúncia de mandato a 08.04.2024, sendo substituído por Roberto José Lopes Cortegano.

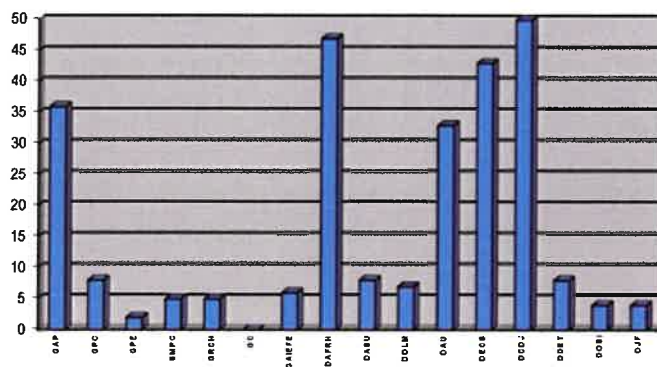


Gerente de Externas
[Signature]
[Signature]
[Signature]

472
[Signature]
[Signature]

Capítulo I:
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

N.º de Propostas Aprovadas por Serviço



Resultados das Votações	Número	Percentagem
Aprovação por Unanimidade	237	89,10
Aprovação por Maioria	29	10,90
Total Deliberações	266	100,00

+

G

+

2

G

Mr

42.7

8



C.M. A.M.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Capítulo II: RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão, documento integrante da prestação de contas, expressa a situação financeira e os resultados da atividade desenvolvida no ano de 2024, nomeadamente a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

No exercício de 2024, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental e todas as receitas e despesas foram realizadas dentro dos princípios e regras contabilísticas legais exigidas.

Foi ainda dado cumprimento à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, onde se estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, pelo que, todos os compromissos do ano económico de 2024 foram assumidos tendo em consideração o montante máximo de fundos disponíveis em cada período.

1. Análise da Execução Orçamental

As presentes demonstrações orçamentais foram elaboradas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP). A finalidade das demonstrações orçamentais é a de facultar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das receitas e das despesas orçamentadas assim como, dos pagamentos e recebimentos e, por último, do desempenho orçamental.

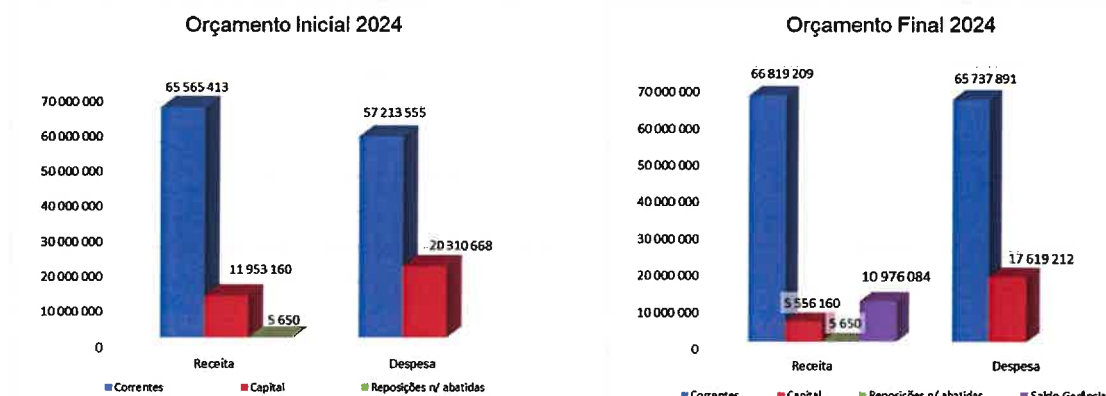
O relatório orçamental proporciona informação sobre a alocação dos recursos de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através de:

- uma demonstração de execução da receita, que tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber; contempla ainda informação das previsões corrigidas;
- uma demonstração de execução da despesa, que permite analisar o controlo da execução orçamental da despesa e da sua prestação de resultados durante o período contabilístico. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da despesa, nomeadamente os cabimentos, os compromissos assumidos e quais os valores pagos e por pagar; contempla ainda informação das previsões corrigidas;
- uma demonstração de desempenho orçamental, que evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte);

- uma demonstração de execução anual das Grandes Opções do Plano (GOP), que tem como finalidade permitir o controlo e análise da execução anual do Plano de Atividades Municipal (PAM) e do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), facultando informação relativa a cada programa e projeto.

1.1. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO INICIAL

O Orçamento inicial de 2024, foi aprovado com uma previsão de Receitas e Despesas no montante de 77,5 milhões de euros (ME). No decorrer do ano económico, com a inclusão do saldo de gerência e outros ajustamentos, nomeadamente transferências do Orçamento de Estado (OE), comparticipações de fundos externos (nomeadamente do PRR) e Passivos Financeiros (empréstimos bancários), o Orçamento final atingiu a dotação de 83,4 milhões de euros.



As Grandes Opções do Plano para o ano de 2024, apresentavam um valor total (definido) de 45,8 milhões de euros, dos quais 17,7 milhões de euros estavam afetos ao Plano Plurianual de Investimentos (definido).

As Funções Sociais, onde estão incluídas as atividades e investimentos que têm por objetivo satisfazer as necessidades municipais nas áreas da educação, saúde, segurança social e ação social, habitação e serviços coletivos, serviços culturais, recreativos e religiosos, apresentavam no início do ano, o maior peso (70,7%).

Com as alterações efetuadas ao longo do ano, as Grandes Opções do Plano ficaram com um valor de 50,3 ME, dos quais 14,8 milhões de euros afetos ao Plano Plurianual de Investimentos.

1.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Durante o ano 2024 houve necessidade de efetuar ajustamentos às dotações iniciais, que se traduziram nos seguintes valores:

(Unidade: euro)

Designação	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Previsões Corrigidas
		Reforços	Anulações	
Orçamento da Despesa	77 524 223,00	25 461 323,00	19 628 443,00	83 357 103,00
Orçamento da Receita	77 524 223,00	17 580 124,00	11 747 244,00	83 357 103,00



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Fernando Mendes" and "A.M."]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Alterações Orçamentais da Despesa

(Unidade: euro)

Designação	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Previsões Corrigidas
		Reforços	Anulações	
DESPESAS CORRENTES	57 213 555,00	14 560 559,00	6 036 223,00	65 737 891,00
Pessoal	29 782 405,00	2 699 061,00	1 927 685,00	30 553 781,00
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	18 481 577,00	10 553 925,00	3 855 045,00	25 180 457,00
Encargos Correntes da Dívida	582 120,00	70 000,00	130 000,00	522 120,00
Transferências Correntes	7 316 303,00	1 012 649,00	20 993,00	8 307 959,00
Subsídios	780 000,00			780 000,00
Outras Despesas Correntes	271 150,00	224 924,00	102 500,00	393 574,00
DESPESAS CAPITAL	20 310 668,00	10 900 764,00	13 592 220,00	17 619 212,00
Aquisição Bens de Capital	17 719 776,00	10 499 952,00	13 403 400,00	14 816 328,00
Transferências de Capital	1 356 847,00	311 812,00	118 820,00	1 549 839,00
Outras Despesas de Capital	100,00			100,00
Ativos Financeiros	0,00			0,00
Passivos Financeiros	1 233 945,00	89 000,00	70 000,00	1 252 945,00
TOTAL	77 524 223,00	25 461 323,00	19 628 443,00	83 357 103,00

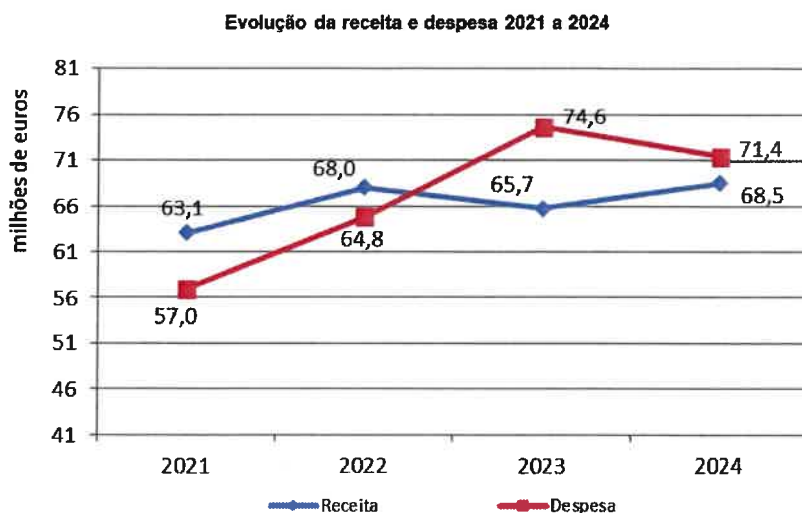
Alterações Orçamentais da Receita

(Unidade: euro)

Designação	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Previsões Corrigidas
		Reforços	Anulações	
RECEITAS CORRENTES	65 565 413,00	2 368 472,00	1 114 676,00	66 819 209,00
Impostos Diretos	31 258 911,00			31 258 911,00
Impostos Indiretos	1,00			1,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 601 408,00		171 670,00	3 429 738,00
Rendimentos de Propriedade	15 003,00			15 003,00
Transferências Correntes	18 038 703,00	2 368 472,00	555 913,00	19 851 262,00
Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	12 621 387,00		387 093,00	12 234 294,00
Outras Receitas Correntes	30 000,00			30 000,00
RECEITAS DE CAPITAL	11 953 160,00	4 235 568,00	10 632 568,00	5 556 160,00
Venda de Bens de Investimento	10 601,00			10 601,00
Transferências de Capital	11 942 557,00	444 568,00	8 012 381,00	4 374 744,00
Ativos Financeiros				0,00
Outras Receitas de Capital	2,00			2,00
Passivos Financeiros	0,00	3 791 000,00	2 620 187,00	1 170 813,00
OUTRAS RECEITAS	5 650,00	10 976 084,00	0,00	10 981 734,00
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5 650,00	0,00	0,00	5 650,00
Saldo de gerência anterior	0,00	10 976 084,00	0,00	10 976 084,00
TOTAL	77 524 223,00	17 580 124,00	11 747 244,00	83 357 103,00

1.3. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como objetivo analisar sumariamente a execução orçamental no ano económico de 2024 e efetuar uma análise comparativa com os anos económicos de 2021 a 2024.



1.3.1. Receita

A receita arrecadada em 2024 foi de 68,5 milhões de euros de um total previsto de 72,4 milhões de euros, sem considerar o saldo de gerência, o que equivale a uma execução de 94,7%.

1.3.2. Despesa

O total da despesa paga foi de 71,4 milhões de euros, num total previsto de 83,4 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 85,7%.

No mesmo período foram assumidos compromissos no valor de 76,1 milhões de euros.

Do valor pago 57,02 % destinou-se às Grandes Opções do Plano, 40,29 %, às despesas com o pessoal e o restante para outras despesas.

Unidade: euro

Afetação da Despesa	Valor	Peso
Grandes Opções do Plano	40 719 043,81	57,02%
Despesas com Pessoal	28 772 829,86	40,29%
Outras Despesas	1 919 899,33	2,69%
TOTAL	71 411 773,00	100,00%

1.3.3. Saldo de Tesouraria

A diferença entre recebimentos e pagamentos efetuados no ano de 2024, atingiu um saldo negativo de 2.878.824,36 euros que a acrescer ao saldo transitado de 2023, no valor de 10.976.084,80 euros, ascendeu a um saldo a transferir para o ano económico de 2025, no valor de 8.097.260,44 euros.

Unidade: euro

Recebimentos	Pagamentos	Saldo de Tesouraria	Saldo Transitado (2023)	Saldo a transferir para o ano seguinte (2025)
68 532 948,64	71 411 773,00	-2 878 824,36	10 976 084,80	8 097 260,44

Na análise deste quadro, que evidencia uma redução do saldo transitado, convém ter presente que se trata apenas de um saldo de fluxos de caixa.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

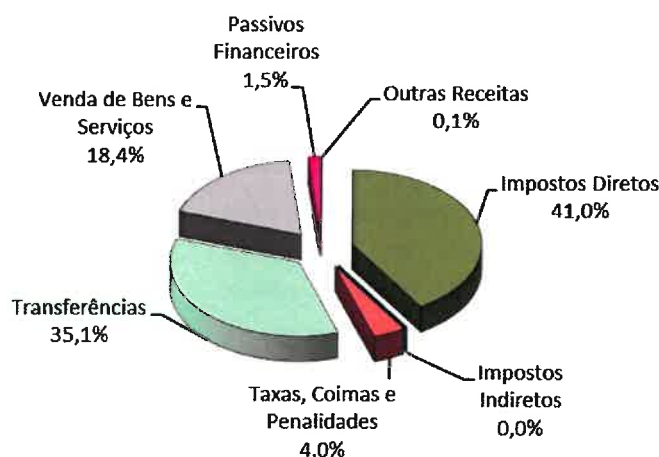
1.4. ANÁLISE DETALHADA

1.4.1. Receita

O total de receita arrecadada em 2024, corresponde ao valor mais alto do quadriénio, ultrapassando em 0,5 milhões a receita de 2022, que se fica a dever à execução dos impostos diretos, transferências correntes, transferências de capital e passivos financeiros.

A análise à receita será efetuada tendo em consideração a estrutura e o peso das principais componentes, a sua evolução nos últimos quatro anos e a comparação entre o previsto e o realizado.

Estrutura da Receita



Como se pode verificar pelo quadro seguinte, os Impostos Diretos apresentam em 2024, um decréscimo face ao ano transacto, representando 41 % do total da receita. O IMI apresenta um decréscimo no decorrer do quadriénio 2021/2024 para valores inferiores a 11 milhões de euros, e em 2024 o valor absoluto mais baixo no período em análise. A Derrama sobre o IRC apresenta um decréscimo face aos dois anos transatos, sendo apenas superior a valor arrecadado em 2021. O IMT apresenta em 2024, um ligeiro acréscimo face a 2023, tendo ficado abaixo dos doze milhões de euros, ainda assim o segundo resultado mais elevado do quadriénio. O IUC apresenta em 2024, o valor mais alto do quadriénio, ultrapassando os dois milhões de euros.

No conjunto dos Impostos Diretos, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a Derrama sobre o IRC e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) são os principais impostos, tanto em termos absolutos como relativos.

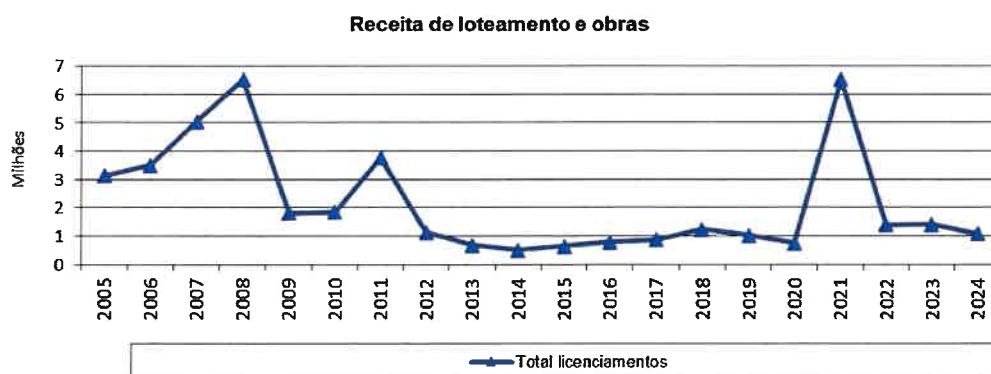
A Venda de Bens e Serviços Correntes, nomeadamente a venda de água, rendas pagas pela EDP pela concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, tarifa de saneamento e tarifa de resíduos sólidos, entre outras, representa 18,4% do total da receita, apresentando pelo segundo ano um valor acima dos doze milhões de euros, ainda que ligeiramente inferior ao ano transato.

Unidade: euro

Receitas	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Impostos Diretos	25 413 044,75	40,3%	32 430 228,34	47,7%	29 423 418,16	44,8%	28 117 439,02	41,0%
IMI	11 139 992,93	17,7%	10 686 339,79	15,7%	10 421 154,73	15,9%	10 064 107,62	14,7%
Derrama s/ IRC	3 121 667,36	4,9%	4 157 987,01	6,1%	5 175 027,69	7,9%	4 096 617,63	6,0%
IMT	9 154 528,88	14,5%	15 429 889,65	22,7%	11 479 062,48	17,5%	11 519 467,12	16,8%
Imposto Único de Circulação	1 996 855,58	3,2%	2 156 011,89	3,2%	2 348 173,26	3,6%	2 437 246,65	3,6%
Impostos Abolidos								
Outros								
Impostos Indiretos	241 241,55	0,4%	1 523,78	0,0%	387,79	0,0%	839,13	0,0%
Taxas, Coimas e Penalidades	7 237 558,15	11,5%	2 618 645,76	3,8%	2 770 626,25	4,2%	2 714 596,16	4,0%
Rendimentos de Propriedade	31 424,79	0,0%	23 309,25	0,0%	10 862,49	0,0%	0,00	0,0%
Transferências Correntes	11 079 582,28	17,6%	15 730 715,96	23,1%	16 915 961,23	25,7%	19 951 001,63	29,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	11 046 525,41	17,5%	11 382 858,29	16,7%	12 755 931,17	19,4%	12 592 386,06	18,4%
Outras Receitas Correntes	15 795,34	0,0%	32 006,13	0,0%	52 525,90	0,1%	31 777,08	0,0%
Total Receitas Correntes	55 065 172,27	87,3%	62 219 287,51	91,5%	61 929 712,99	94,3%	63 408 039,08	92,5%
Venda de Bens de Investimentos	14 900,00	0,0%	363 700,00	0,5%	20 562,00	0,0%	1,00	0,0%
Transferências de Capital	2 162 458,36	3,4%	3 065 585,62	4,5%	3 185 159,09	4,8%	4 082 617,45	6,0%
Ativos Financeiros								
Passivos Financeiros	5 773 799,06	9,2%	2 124 632,37	3,1%	527 126,41	0,8%	1 013 664,78	1,5%
Outras Receitas de Capital	1 218,60	0,0%						
Total Receitas de Capital	7 952 376,02	12,6%	5 553 917,99	8,2%	3 732 847,50	5,7%	5 096 283,23	7,4%
Outras Receitas	59 952,93	0,1%	254 203,79	0,4%	36 409,42	0,1%	28 626,33	0,0%
Total de Receitas	63 077 501,22	100,0%	68 027 409,29	100,0%	65 698 969,91	100,0%	68 532 948,64	100,0%

As Taxas, Coimas e Penalidades regista o valor 2,7 milhões de euros, ligeiramente abaixo de 2023, representando 4,0 % do total da receita. Em 2021, o aumento do valor arrecadado foi, no fundamental, resultado da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

No que respeita às receitas provenientes das taxas de loteamentos e obras verifica-se, no entanto, descontado o referido efeito dos licenciamento das AUGIS, um crescimento contínuo nos últimos anos ainda que muito longe dos valores verificados nas décadas anteriores.



O valor recebido de Transferências representa 35,1 % do total da receita, sendo que o valor transferido do Orçamento de Estado (que inclui as verbas respeitantes às transferências de competências) representa 28,4 % (19,5 milhões de euros) no montante global da receita.



Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Evolução das Transferências do Orçamento de Estado

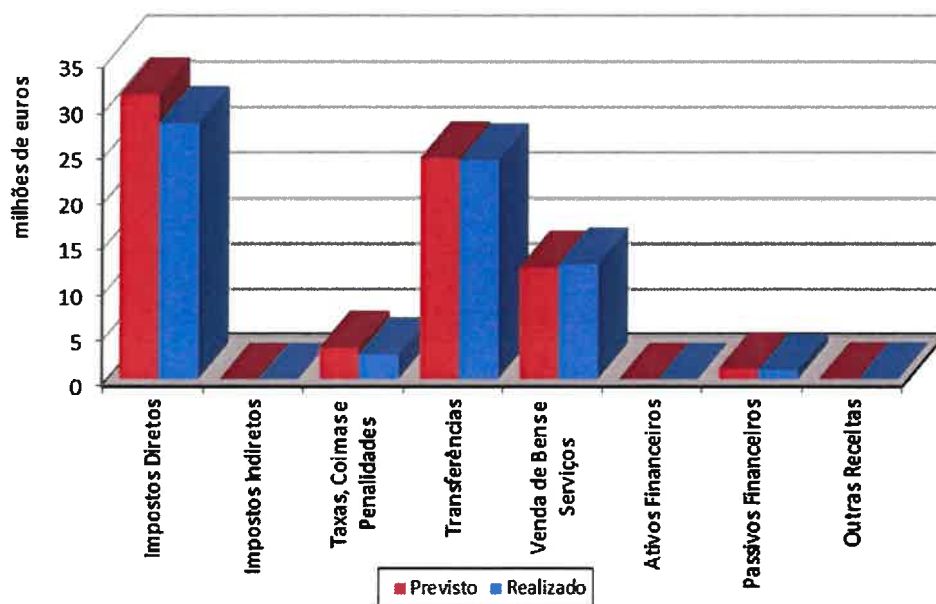
Unidade: euro

Transferencias		2021	2022	2023	2024	Variação	
Correntes	FEF	4 155 251	3 814 586	3 779 109	3 318 355	-460 754	-12,19%
	FSM	871 362	2 384 601	1 697 508	2 020 287	322 779	19,01%
	IRS	4 043 736	4 181 698	4 612 560	5 327 184	714 624	15,49%
	Transferencia de Competencias	--	4 314 083	6 030 829	7 327 132	1 296 303	21,49%
	Participação do IVA	252 702	233 269	339 349	547 089	207 740	61,22%
	Art.35, n.º 3 - lei 73/2013 (*)	--	--	--	276 090	--	--
Capital	FEF	461 695	423 843	419 901	368 706	-51 195	-12,19%
	Art.35, n.º 3 - lei 73/2013 (*)	--	--	--	276 090	--	--
Total		9 784 746	15 352 080	16 879 256	19 460 934	2 029 497	15,29%

(*) Pela diminuição da participação nas transferências financeiras

Os Passivos Financeiros em 2024, apresentam uma subida em comparação ao ano anterior, resultante da utilização de parte dos empréstimos contratualizados, representando 1,5% do total da receita arrecadada.

ANÁLISE PREVISTO – REALIZADO



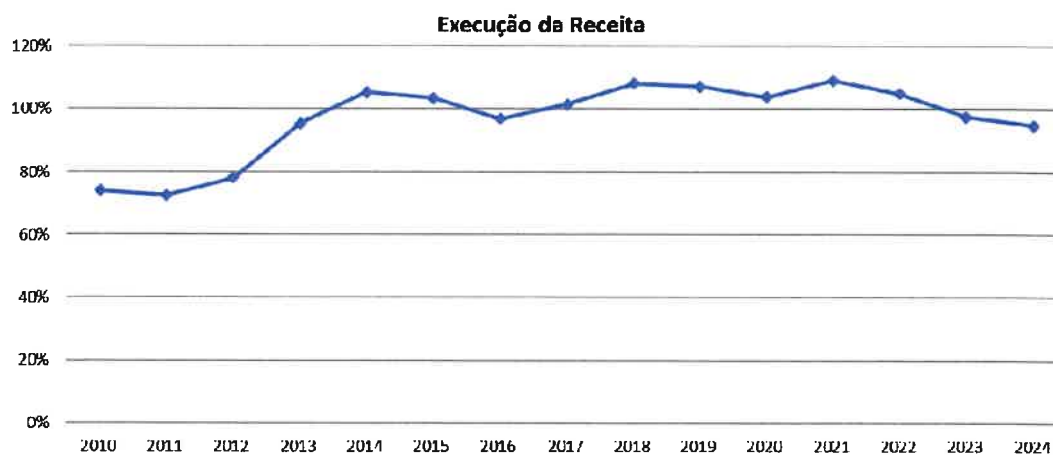
Unidade: euro

Receitas	Previsto	Realizado	Diferença	Execução %
Impostos Diretos	31 258 911,00	28 117 439,02	-3 141 471,98	90,0%
IMI	10 680 750,00	10 064 107,62	-616 642,38	94,2%
Derrama s/ IRC	4 770 691,00	4 096 617,63	-674 073,37	85,9%
IMT	13 591 900,00	11 519 467,12	-2 072 432,88	84,8%
Imposto Único de Circulação	2 215 568,00	2 437 246,65	221 678,65	110,0%
Impostos Abolidos	1,00	0,00	-1,00	0,0%
Outros	1,00	0,00	-1,00	0,0%
Impostos Indiretos	1,00	839,13	838,13	83913,0%
Taxas, Coimas e Penalidades	3 429 738,00	2 714 596,16	-715 141,84	79,1%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,00	-15 003,00	0,0%
Transferências Correntes	19 851 262,00	19 951 001,63	99 739,63	100,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	12 234 294,00	12 592 386,06	358 092,06	102,9%
Outras Receitas Correntes	30 000,00	31 777,08	1 777,08	105,9%
Total Receitas Correntes	66 819 209,00	63 408 039,08	-3 411 169,92	94,9%
Venda de Bens de Investimentos	10 601,00	1,00	-10 600,00	0,0%
Transferências de Capital	4 374 744,00	4 082 617,45	-292 126,55	93,3%
Ativos Financeiros		0,00		
Passivos Financeiros	1 170 813,00	1 013 664,78	-157 148,22	86,6%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,00	-2,00	0,0%
Total Receitas de Capital	5 556 160,00	5 096 283,23	-459 876,77	91,7%
Outras Receitas	5 650,00	28 626,33	22 976,33	506,7%
Total de Receitas	72 381 019,00	68 532 948,64	-3 848 070,36	94,7%

No ano 2024, a receita apresenta uma taxa de execução de 94,7 % com uma realização inferior ao orçamentado em cerca de 3,8 milhões de euros.

No essencial registou-se um desvio na concretização dos Impostos Diretos (menos 3,1 milhões de euros), das Taxas, Coimas e Penalidades (menos 715 mil euros) e nas Transferências de Capital (menos 292 mil euros), que ficaram aquém do previsto. Em sentido contrario, as Transferências Correntes e a Venda de Bens e Serviços superaram a receita estimada.

De acordo com o gráfico seguinte, a taxa de execução da receita ao longo dos últimos quinze anos, verificou-se que em 2024 (94,7 %) a percentagem de execução da receita voltou a diminuir, face a 2023, e em relação aos anos anteriores, em que ultrapassou os 100 %.

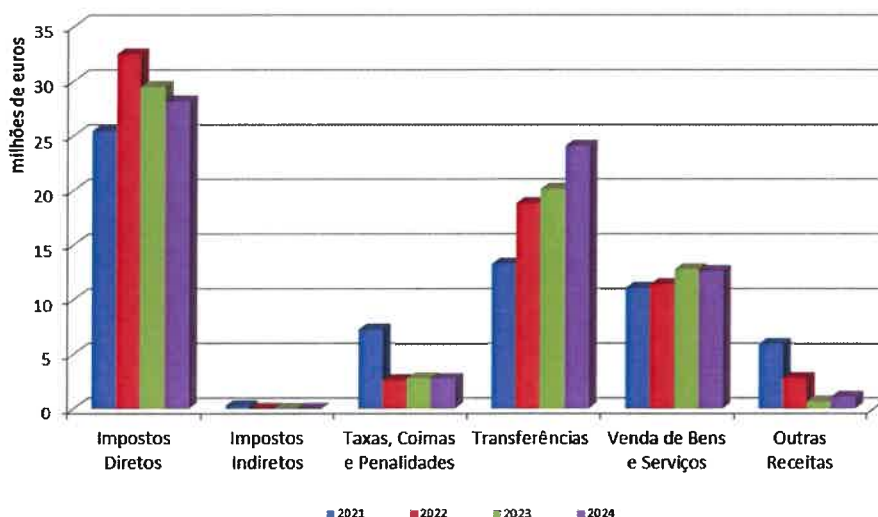




Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "Carmelo Pereira" and "A.M.", and various initials and marks.

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA



No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da receita arrecadada no último quadriénio: desde 2021:

Unidade: euro

Receitas	2021	2022	Δ %	2023	Δ %	2024	Δ %
Impostos Diretos	25 413 044,75	32 430 228,34	27,61%	29 423 418,16	-9,27%	28 117 439,02	-4,44%
IMI	11 139 992,93	10 686 339,79	-4,07%	10 421 154,73	-2,48%	10 064 107,62	-3,43%
Derrama s/ IRC	3 121 667,36	4 157 987,01	33,20%	5 175 027,69	24,46%	4 096 617,63	-20,84%
IMT	9 154 528,88	15 429 889,65	68,55%	11 479 062,48	-25,61%	11 519 467,12	0,35%
Imposto Único de Circulação	1 996 855,58	2 156 011,89	7,97%	2 348 173,26	8,91%	2 437 246,65	3,79%
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos Indiretos	241 241,55	1 523,78	-99,37%	387,79	-74,55%	839,13	116,39%
Taxas, Coimas e Penalidades	7 237 558,15	2 618 645,76	-63,82%	2 770 626,25	5,80%	2 714 596,16	-2,02%
Rendimentos de Propriedade	31 424,79	23 309,25	-25,83%	10 862,49	-53,40%	0,00	-100,00%
Transferências Correntes	11 079 582,28	15 730 715,96	41,98%	16 915 961,23	7,53%	19 951 001,63	17,94%
Venda de Bens e Serviços	11 046 525,41	11 382 858,29	3,04%	12 755 931,17	12,06%	12 592 386,06	-1,28%
Outras Receitas Correntes	15 795,34	32 006,13	102,63%	52 525,90	64,11%	31 777,08	-39,50%
Total Receitas Correntes	55 065 172,27	62 219 287,51	12,99%	61 929 712,99	-0,47%	63 408 039,08	2,39%
Venda de Bens de Investimentos	14 900,00	363 700,00	2340,94%	20 562,00	-94,35%	1,00	-100,00%
Transferências de Capital	2 162 458,36	3 065 585,62	41,76%	3 185 159,09	3,90%	4 082 617,45	28,18%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	5 773 799,06	2 124 632,37	-63,20%	527 126,41	-75,19%	1 013 664,78	92,30%
Outras Receitas de Capital	1 218,60	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Receitas de Capital	7 952 376,02	5 553 917,99	-30,16%	3 732 847,50	-32,79%	5 096 283,23	36,53%
Outras Receitas	59 952,93	254 203,79	324,01%	36 409,42	-85,68%	28 626,33	-21,38%
Total de Receitas	63 077 501,22	68 027 409,29	7,85%	65 698 969,91	-3,42%	68 532 948,64	4,31%

A receita arrecadada em 2024, no valor de 68,5 milhões de euros, sendo o valor mais alto do quadriénio. Registou um aumento global de 4,3 % (mais 2,8 milhões de euros, em termos absolutos)

face ao ano 2023, em resultado da arrecadação proveniente dos Impostos Diretos, das Transferências Correntes, das Transferências de Capital e dos Passivos Financeiros, ainda que os Impostos Diretos e a Venda de Bens e Serviços apresentem uma evolução negativa.

O conjunto dos Impostos Diretos apresenta um decréscimo de cerca de 4,4% (menos 1,3 milhões de euros), justificado pela evolução do IMI (mais 357 mil euros) e da Derrama sobre o IRC (menos 1,1 milhões de euros), apresentando-se em sentido contrário o IMT (mais 40 mil euros) e o IUC (mais 90 mil euros) com ligeiros crescimentos.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um ligeiro decréscimo de menos 2%, (menos 56 mil euros) em comparação com o valor de 2023.

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 17,9 % (mais 3 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (mais 2 milhões de euros) devido à transferência de receitas no âmbito das transferências de competências (mais 1,3 milhões de euros) e da Participação Fixa do IRS (mais 715 mil euros). Ao invés regista-se a diminuição do Fundo Equilíbrio Financeiro (menos 460 mil euros).

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 28,2 % (mais 897 mil euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido em 2024 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam um valor de 1 milhão de euros arrecadados em 2024, enquanto que no ano anterior recebeu-se 527 mil de euros.

O valor das taxas de obras e loteamentos e IMT demonstram ainda dependência da autarquia em relação a estas receitas, que juntas representam um quinto do orçamento da receita. Tratando-se de receitas dependentes do setor imobiliário, uma crise nesta área irá sempre ter consequências graves na situação financeira municipal.

O crescimento do valor da venda de serviços de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, foi interrompido em 2024, por uma ligeira redução da receita. Importa no entanto referir que nos últimos 4 anos apresenta um crescimento de cerca de 14 %. Este crescimento tem sido obtido não só pelo aumento das tarifas, mas também pelo aumento do número de consumidores e a um maior controlo dos consumos.

Ainda assim, mesmo com o ligeiro aumento verificado, as receitas das tarifas de saneamento e resíduos sólidos (5,245 milhões de euros), não são suficientes para fazerem face aos custos com a AMARSUL e SIMARSUL (cerca de 6,688 milhões de euros, no conjunto). Se a este valor se acrescentar os custos, que só na recolha de lixo contratada, ascende a 1,1 milhões de euros, conjuntamente com os custos dos meios próprios da autarquia, pessoal e equipamentos, afetos à função da recolha de lixo e dos custos com o sistema em baixa do saneamento, constata-se que as tarifas cobrem menos de 50% do valor do serviço prestado.

Por seu lado, o serviço de abastecimento de água, com uma receita de 3,7 milhões de euros em 2024, tem vindo a cobrir os custos com a prestação deste serviço. Com uma despesa (não considerando os custos dos meios próprios afetos, nem o valor das amortizações) de cerca de 2 milhões de euros, dos quais cerca de 640 mil euros são custos de energia, o serviço de abastecimento de água tem gerado recursos financeiros de caixa para fazer face aos custos com o serviço, no entanto, caso se levasse em consideração os custos com o pessoal, amortizações e custos gerais, também este serviço seria deficitário. Os custos da prestação de serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos permitiriam um crescimento mais rápido das tarifas, no entanto, tem sido política da autarquia não aumentar as tarifas de forma a permitir cobertura dos custos para não penalizar mais as famílias num período difícil de redução dos seus rendimentos reais e do tecido empresarial do concelho, em especial, as pequenas empresas.



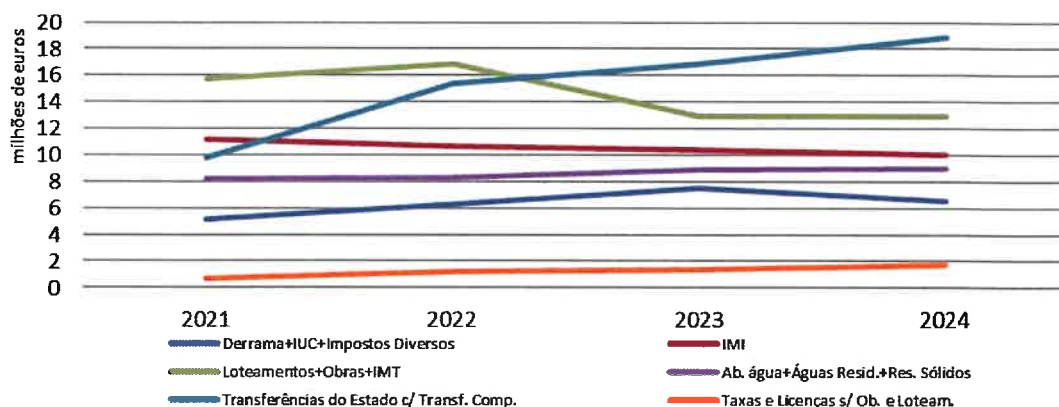
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C.M.' and 'A.M.']

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Grandes Agregados da Receita

Grandes Agregados da Receita	2021	2022	2023	2024
Derrama+IUC+Impostos Diversos	5 118 522,94	6 313 998,90	7 523 200,95	6 533 864,28
IMI	11 139 992,93	10 686 339,79	10 421 154,73	10 064 107,62
Loteamentos+Obras+IMT	15 683 379,85	16 824 594,31	12 887 651,65	12 928 056,29
Ab. água+Águas Resid.+Res. Sólidos	8 197 845,18	8 329 386,87	8 908 943,20	8 989 611,24
Transferências do Estado c/ Transf. Comp.	9 784 745,67	15 352 080,00	16 879 256,00	19 460 933,59
Taxas e Licenças s/ Ob. e Loteam.	708 707,18	1 223 941,21	1 408 589,00	1 100 114,16
Receitas-Empr.-Fundos-Piddac	55 602 938,80	63 226 721,72	62 019 296,52	64 081 482,69
Receitas-Empr.-Fundos-Piddac-IMT	41 667 522,20	47 796 832,07	50 540 234,04	52 562 015,57
Receitas Total	63 077 501,22	68 027 409,26	65 698 969,91	68 532 948,64
Saldo	10 268 972,00	10 564 543,57	19 881 790,46	10 976 084,80
Receitas Total + Saldo	73 346 473,22	78 591 952,83	85 580 760,37	79 509 033,44

Evolução das Principais Receitas



1.4.2. Despesa

Neste capítulo, a análise a efetuar incidirá unicamente sobre a despesa paga. A despesa contraída e não paga será analisada no capítulo do endividamento.

O total da despesa paga durante o ano económico de 2024 foi de 71,4 milhões de euros e o valor dos compromissos assumidos foi de 76,1 milhões de euros.

ESTRUTURA DA DESPESA POR AFETAÇÃO

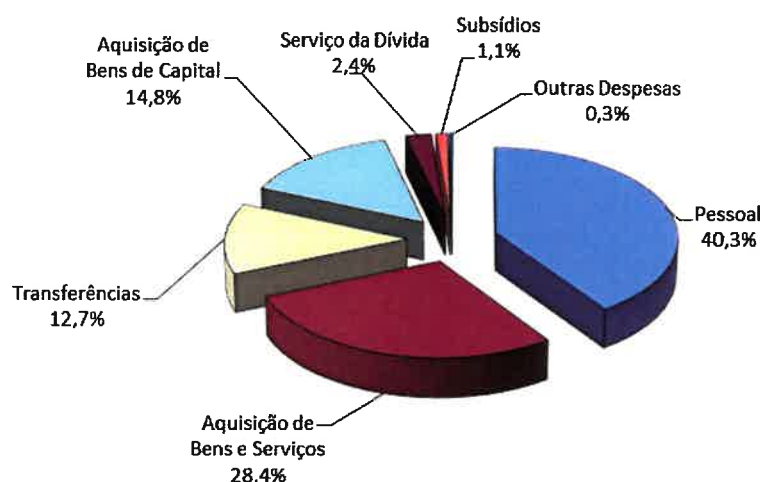
Unidade: euro

Despesa	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Despesa afeta diretamente às GOP	34 274 235,38	60,2%	37 441 197,52	57,8%	44 839 377,35	60,1%	40 719 043,81	57,0%
Despesa não afeta às GOP	22 700 200,80	39,8%	27 372 029,92	42,2%	29 765 298,22	39,9%	30 692 729,19	43,0%
Total da Despesa	56 974 436,18	100,0%	64 813 227,44	100,0%	74 604 675,57	100,0%	71 411 773,00	100,0%

De acordo com a afetação da despesa, constata-se que 57,0 % da despesa paga foi canalizada para o financiamento das Grandes Opções do Plano e 43,0 % para despesas não afetadas diretamente às GOP, nomeadamente pessoal.

ESTRUTURA DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Estrutura da Despesa



Unidade: euro

Despesa	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Pessoal	20 931 916,02	36,7%	24 410 558,49	37,7%	27 764 208,19	37,2%	28 772 829,86	40,3%
Aquisição de Bens e Serviços	15 950 485,80	28,0%	18 438 791,62	28,4%	21 006 044,78	28,2%	20 296 102,19	28,4%
Juros e Outros Encargos	80 685,77	0,1%	68 840,82	0,1%	252 258,76	0,3%	464 631,66	0,7%
Transferências Correntes	3 583 811,01	6,3%	4 481 704,30	6,9%	7 013 360,06	9,4%	8 082 645,96	11,3%
Subsídios	780 000,00	1,4%	970 574,54	1,5%	780 000,00	1,0%	780 000,00	1,1%
Outras Despesas Correntes	159 178,45	0,3%	1 210 757,40	1,9%	296 511,72	0,4%	228 988,42	0,3%
Total Despesas Correntes	41 486 077,05	72,8%	49 581 227,17	76,5%	57 112 383,51	76,6%	58 625 198,09	82,1%
Aquisição de Bens de Capital	13 063 140,38	22,9%	13 102 207,59	20,2%	15 282 721,38	20,5%	10 583 271,95	14,8%
Transferências de Capital	416 901,36	0,7%	450 059,39	0,7%	824 396,23	1,1%	965 508,13	1,4%
Ativos Financeiros	62 849,50	0,1%	0,00	0,0%		0,0%		0,0%
Passivos Financeiros	1 945 467,89	3,4%	1 679 733,29	2,6%	1 385 174,45	1,9%	1 237 794,83	1,7%
Outras Despesas de Capital								
Total Despesas Capital	15 488 359,13	27,2%	15 232 000,27	23,5%	17 492 292,06	23,4%	12 786 574,91	17,9%
Total da Despesa	56 974 436,18	100,0%	64 813 227,44	100,0%	74 604 675,57	100,0%	71 411 773,00	100,0%

A estrutura da despesa dá-nos o peso que cada componente tem no total, em função da sua natureza ou classificação económica.

A maior percentagem da despesa continua a ser imputada às despesas com Pessoal (40,3 %), verificando-se um aumento do seu peso relativo, apresentando o valor mais alto no quadriénio, em termos absolutos, seguindo-se a Aquisição de Bens e Serviços, em termos de peso relativo apresenta 28,4% (a segunda percentagem mais alta) e o mais alto em termos de valor absoluto.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "C.M." and "A.M."]

Capítulo II: RELATÓRIO DE GESTÃO

Em 2024, a despesa na aquisição de bens e serviços dividiu-se em:

- Aquisição de bens: 3,6 milhões de euros, onde pontificam os combustíveis e a alimentação escolar (cerca de 2,8 milhões de euros);
- Aquisição de serviços: 16,6 milhões de euros, onde se destacam os pagamentos à SIMARSUL, AMARSUL, energia, remoção e tratamento de resíduos sólidos, conservação e manutenção de espaços verdes e zonas públicas e conservação e manutenção da frota municipal (cerca de 11,2 milhões de euros no seu conjunto).

As Transferências Correntes apresentam, em 2024, um peso relativo de 11,3 % e o maior valor absoluto no quadriénio 2021/2024 (8,1 milhões de euros).

Os Subsídios apresentam um peso relativo inferior ao dos registados no quadriénio (1,1 %), e o valor em termos absolutos (780 mil euros) igual ao registado em 2023.

As Outras Despesas Correntes representam em 2024 o menor peso relativo (0,4%) e o segundo maior valor absoluto (229 mil euros) no quadriénio 2021/2024.

O peso das Despesas Correntes é percentagem mais alta do quadriénio em análise, representando 82,1% da despesa paga. O valor das despesas correntes no ano de 2024 foi, em termos absolutos, o mais elevado do período em análise (58,6 milhões de euros).

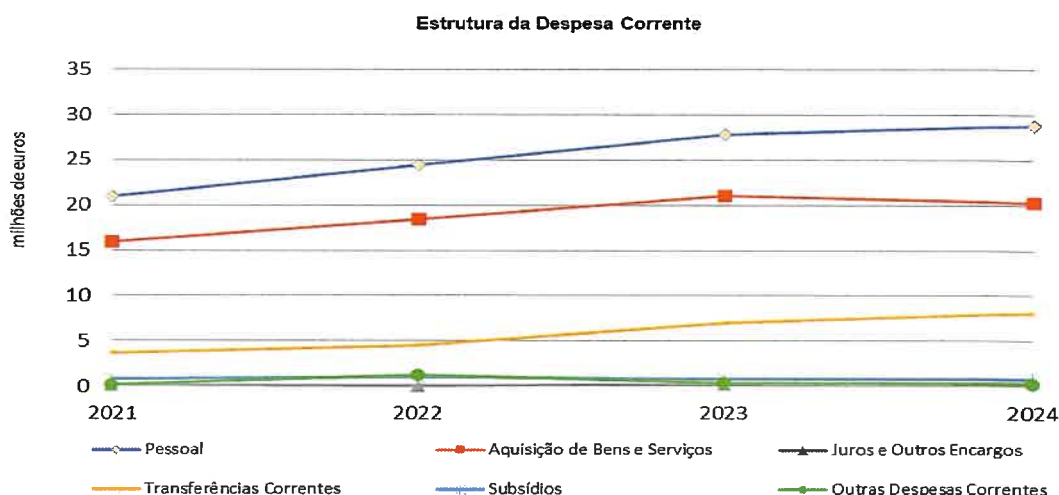
A Aquisição de Bens de Capital representa em 2024, 14,8 % do total da despesa registando o menor valor absoluto no quadriénio 2021/2024, (10,6 milhões de euros). A estrutura da aquisição de bens de capital foi:

- Investimentos: 10,4 milhões de euros;
- Locação Financeira: 213 mil euros.

ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE

O peso de cada um dos tipos de despesa corrente em relação ao seu total permite-nos analisar o seu comportamento sem o efeito dos investimentos cujas principais fontes de financiamento são os passivos financeiros e fundos comunitários.

Unidade: euro								
Despesa	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Pessoal	20 931 916,02	50,5%	24 410 558,49	49,2%	27 764 208,19	48,6%	28 772 829,86	49,1%
Aquisição de Bens e Serviços	15 950 485,80	38,4%	18 438 791,62	37,2%	21 006 044,78	36,8%	20 296 102,19	34,6%
Juros e Outros Encargos	80 685,77	0,2%	68 840,82	0,1%	252 258,76	0,4%	464 631,66	0,8%
Transferências Correntes	3 583 811,01	8,6%	4 481 704,30	9,0%	7 013 360,06	12,3%	8 082 645,96	13,8%
Subsídios	780 000,00	1,9%	970 574,54	2,0%	780 000,00	1,4%	780 000,00	1,3%
Outras Despesas Correntes	159 178,45	0,4%	1 210 757,40	2,4%	296 511,72	0,5%	228 988,42	0,4%
Total Despesas Correntes	41 486 077,05	100,0%	49 581 227,17	100,0%	57 112 383,51	100,0%	58 625 198,09	100,0%



As despesas de pessoal sofrem um ligeiro acréscimo do seu peso no total das despesas correntes, de 48,6 %, em 2023, para 49,1%, em 2024.

As despesas com aquisição de bens e serviços diminuíram o seu peso pelo quarto ano consecutivo, de 36,8% (em 2023) para 34,6% (em 2024).

As Transferências Correntes apresentam um forte crescimento no seu peso relativo, passando de 12,3% em 2023 para 13,8 % em 2024, duplicando o seu valor absoluto no período de 2021/2024.

As despesas com juros e outros encargos com o serviço da dívida apresentam um aumento do seu peso entre 2021 e 2024, de 0,2% para 0,8 %, respetivamente.

A rubrica de Outras Despesas Correntes apresentam uma ligeira diminuição do seu peso relativo na estrutura da despesa corrente, 0,5 % em 2023 e 0,4 % em 2024.

ANÁLISE PREVISTO - REALIZADO

Comparando o valor previsto (83,4 milhões de euros) com o valor pago (71,4 milhões de euros), o ano 2024 apresenta uma taxa de execução de 85,7%. Em relação à previsão inicial a taxa de execução foi de cerca de 92,1 %. Do total previsto foram assumidos compromissos de 76,1 milhões de euros, o que representa uma taxa de 91,3%. Foram executados, em relação ao orçamento inicial, mais 1,4 milhões de euros nas despesas correntes e anulados mais de 7,5 milhões nas despesas de capital.

Numa análise da taxa de execução da despesa ao longo dos últimos quinze anos verifica-se em 2014 (90,8%) e em 2015 (90,7%) foram os anos com melhores índices de execução. O ano 2024, apresenta a oitava melhor taxa neste período de análise (85,7%).





Gracinda Sousa
[Signature]
[Signature]
[Signature]

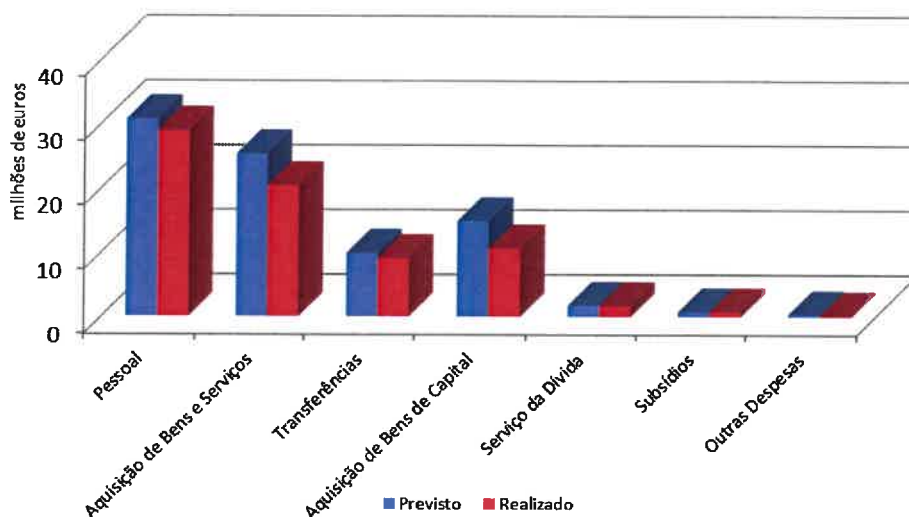
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade: euro

Despesa	Previsto	Realizado	Execução %
Pessoal	30 553 781,00	28 772 829,86	94,2%
Aquisição de Bens e Serviços	25 180 457,00	20 296 102,19	80,6%
Juros e Outros Encargos	522 120,00	464 631,66	89,0%
Transferências Correntes	8 307 959,00	8 082 645,96	97,3%
Subsídios	780 000,00	780 000,00	100,0%
Outras Despesas Correntes	393 574,00	228 988,42	58,2%
Total Despesas Correntes	65 737 891,00	58 625 198,09	89,2%
Aquisição de Bens de Capital	14 816 328,00	10 583 271,95	71,4%
Transferências de Capital	1 549 839,00	965 508,13	62,3%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	1 252 945,00	1 237 794,83	98,8%
Outras Despesas de Capital	100,00	0,00	0,0%
Total Despesas Capital	17 619 212,00	12 786 574,91	72,6%
Total da Despesa	83 357 103,00	71 411 773,00	85,7%

**Despesa
Previsto - Realizado**



Comparando os valores previstos no Orçamento com os valores pagos, os maiores desvios (em termos absolutos) verificam-se nas rubricas de Aquisição de Bens e Serviços, Aquisição de Bens de Capital, e de Pessoal.

O desvio verificado nas verbas de Pessoal prende-se com diversas justificações, tais como: mobilidade para outras entidades (foram contempladas as verbas anuais para assegurar um eventual regresso de 21 trabalhadores); aposentações e saídas (deixaram de ser remunerados durante o ano 35 trabalhadores); transferência de pessoal não docente (cessaram o seu contrato 4 trabalhadoras). Para além destas situações outras existem que contribuem igualmente para uma menor execução da despesa, que são as ausências dadas pelos trabalhadores, sendo que para beneficiários da segurança social o encargo é

assegurado por essa entidade, designadamente por doença natural, doença profissional e parentalidade. Em 2024, foram pagos 28,8 milhões de euros (dotação: 30,5 milhões de euros).

O desvio na aquisição de bens e serviços é devido, em parte, ao facto de se terem efetuado compromissos nos últimos meses do ano que não foram faturados pelas empresas ou, cuja faturação se encontrava em conferência nos serviços municipais, o que impossibilitou o seu pagamento. Foram pagos 20,3 milhões de euros (dotação: 25,1 milhões de euros).

Foram pagos 10,6 milhões de euros (dotação: 14,8 milhões de euros) de aquisição de bens de capital, tendo-se verificado desvios na execução física e/ou financeira de investimentos face aos montantes orçamentados em diversas obras.

O mercado não tem respondido ao conjunto de obras, públicas e privadas, em curso no país: quer por persistir o atraso no fornecimento de matéria prima e inflação, quer por falta de mão de obra, situação que afetou e afeta, quer a contratação (com alguns concursos desertos), quer o ritmo de execução das obras. De facto, em 2024 tramitaram varios concursos quer para a realização de projetos, quer para a execução de obras. Estiveram no terreno também várias dezenas de obras pelo que não se pode concluir que a menor execução resulta de falta de realização das ações do plano. Há efetivamente, alguns atrasos motivados pelos fatores acima descritos (capacidade das empresas) o que se refletiu, em alguns casos, ou em atrasos reais ou, noutros, em falsos atrasos, ou seja, na passagem de faturação do final de ano para 2025, tendo a execução física sido superior à execução financeira.

A estes fatores acresce a complexidade dos processos de licenciamento ou aprovação por entidades externas, o que também teve impacto na execução orçamental, uma vez que o lançamento de concursos teve de aguardar pelas autorizações, refletindo-se, depois, na impossibilidade de realizar toda a parcela de obra prevista para 2024.

No que concerne à aquisição de viaturas e máquinas, foram os prazos de entrega muito dilatados, e mora nos vistos do tribunal de contas, que impactaram negativamente a execução financeira.

Apesar destes constrangimentos ainda assim foram concluídas ou iniciadas muitas obras, num investimento de 11,75 milhões de euros com compromissos assumidos em 2024, dos quais foram pagos 8,5 milhões de euros. Este foi o valor mais baixo do quadriénio em análise.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA

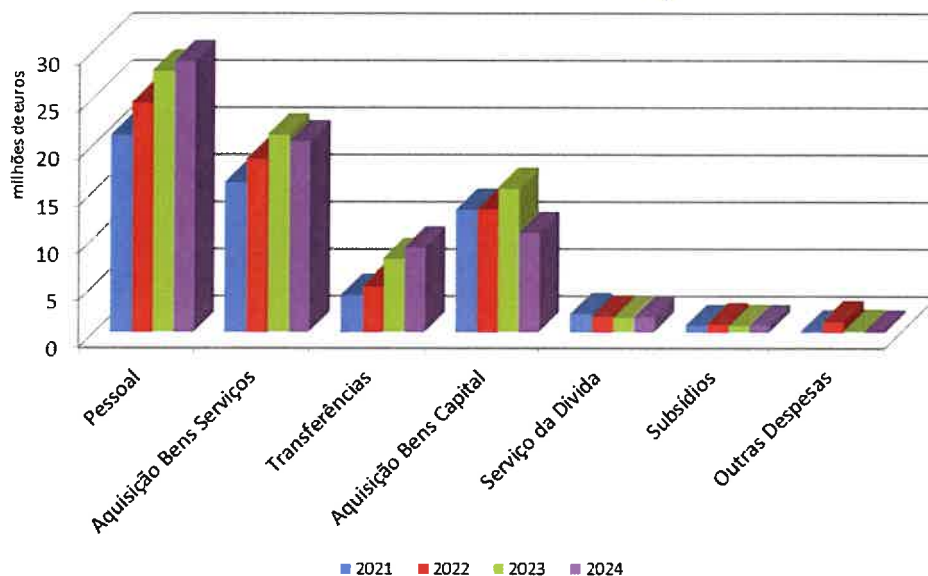
Unidade: euro							
Despesa	2021	2022	Δ %	2023	Δ %	2024	Δ %
Pessoal	20 931 916,02	24 410 558,49	16,6%	27 764 208,19	13,7%	28 772 829,86	3,6%
Aquisição de Bens e Serviços	15 950 485,80	18 438 791,62	15,6%	21 006 044,78	13,9%	20 296 102,19	-3,4%
Juros e Outros Encargos	80 685,77	68 840,82	-14,7%	252 258,76	266,4%	464 631,66	84,2%
Transferências Correntes	3 583 811,01	4 481 704,30	25,1%	7 013 360,06	56,5%	8 082 645,96	15,2%
Subsídios	780 000,00	970 574,54	24,4%	780 000,00	-19,6%	780 000,00	0,0%
Outras Despesas Correntes	159 178,45	1 210 757,40	660,6%	296 511,72	-75,5%	228 988,42	-22,8%
Total Despesas Correntes	41 486 077,05	49 581 227,17	19,5%	57 112 383,51	15,2%	58 625 198,09	2,6%
Aquisição de Bens de Capital	13 063 140,38	13 102 207,59	0,3%	15 282 721,38	16,6%	10 583 271,95	-30,8%
Transferências de Capital	416 901,36	450 059,39	8,0%	824 396,23	83,2%	965 508,13	17,1%
Ativos Financeiros	62 849,50						
Passivos Financeiros	1 945 467,89	1 679 733,29	-13,7%	1 385 174,45	-17,5%	1 237 794,83	-10,6%
Outras Despesas de Capital							
Total Despesa de Capital	15 488 359,13	15 232 000,27	-1,7%	17 492 292,06	14,8%	12 786 574,91	-26,9%
Total da Despesa	56 974 436,18	64 813 227,44	13,8%	74 604 675,57	15,1%	71 411 773,00	-4,3%



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Pereira", "A.M.", and others, over a grid background.]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Evolução da Despesa



O total da despesa paga em 2024 teve uma diminuição em 4,3 % (menos 3,2 milhões de euros) relativamente ao ano 2023.

As componentes da despesa que mais aumentaram em 2024, comparativamente a 2023, são: Pessoal, e Transferências Correntes e em sentido inverso as despesas com Aquisição de Bens de Capital registaram a maior redução (4,7 milhões de euros).

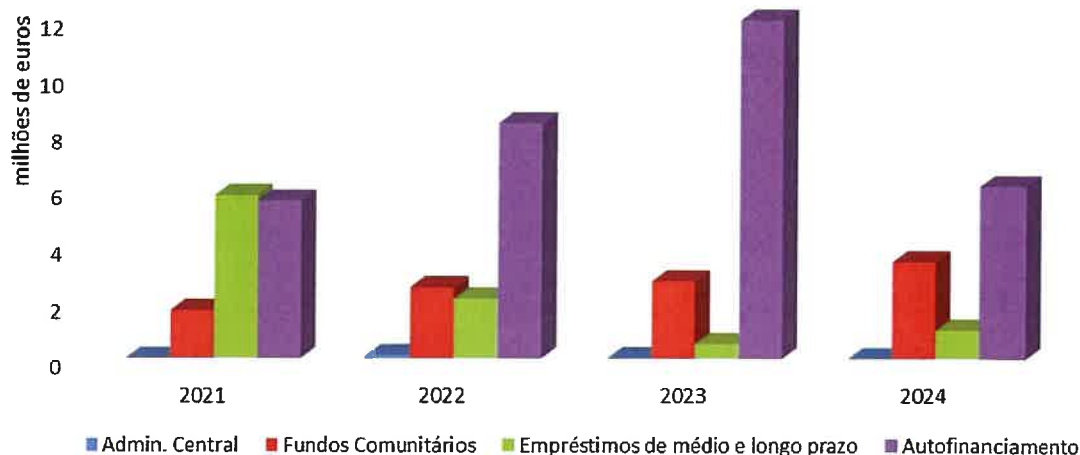
Da análise das fontes de financiamento verifica-se que em 2024 o autofinanciamento reduziu para 6,1 milhões de euros, verificando-se um aumento em Fundos Comunitários e Empréstimos de médio e longo prazo, em cerca de 1,2 milhões ao verificado em 2023.

A aquisição de bens de capital foi, em média, entre 2021 e 2024, de 13 milhões de euros e o autofinanciamento, para o mesmo período, foi de 8 milhões de euros, ou seja, 61,6 % do investimento em bens de capital foram suportados pelo autofinanciamento no quadriénio em análise.

Financiamento orçamental da aquisição de Bens de Capital (Investimentos+Locação Financeira)

Fontes de Financiamento	2021	2022	2023	2024
Admin. Central	0,00	123 687,42	14 744,00	0,00
Fundos Comunitários	1 700 763,36	2 518 055,20	2 750 514,09	3 437 821,17
Empréstimos de médio e longo prazo	5 773 799,06	2 124 685,37	527 126,41	1 013 644,78
Autofinanciamento	5 588 577,06	8 335 779,60	11 990 336,88	6 131 806,00
Total aquisição de Bens de Capital	13 063 140,38	13 102 207,59	15 282 721,38	10 583 271,95

Financiamento do Investimento



As despesas com pessoal registam em 2024, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1 milhão de euros (+3,6 %). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória que impactaram na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única (Decreto-Lei n.º 108-2023 de 22 de novembro) bem como medidas de valorização da carreira técnica superior (Decreto-Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro) e da categorias de assistente operacional para as/os detentores do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores percentuais que servem de referencial ao cálculo do valor hora, de diversos suplementos remuneratórios, designadamente trabalho noturno e trabalho suplementar. De salientar o acréscimo para o dobro das percentagens do abono a título de trabalho suplementar, a partir das 100 horas anuais (art.º 8º do Decreto Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro).

Destaca-se ainda, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo Decreto-Lei 75/2023 de 29 de agosto (aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público - 18 anos de serviço e 6 pontos no SIADAP), com abrangência de um universo de 104 trabalhadoras/es e alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária) de 34 trabalhadoras/es (em resultado de reclamações apresentadas relativamente ao ciclo avaliativo do biénio 2021/2022). O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2024, foi de cerca de 21,8 milhões de euros, enquanto que, 2023 se registou um valor de cerca de 20,6 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 21,6%, passando de 739 mil euros em 2023, para 838 mil euros em 2024.

O valor pago à Segurança Social (5,5 milhões de euros) é inferior ao valor pago em 2023 (5,9 milhões de euros), diminuindo 400 mil euros. Esta redução está diretamente relacionada com o aumento da taxa de absentismo.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Fernando de Sousa" and "A.M.", along with a large blue "X" mark.

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Despesas com pessoal

Unidade: euro

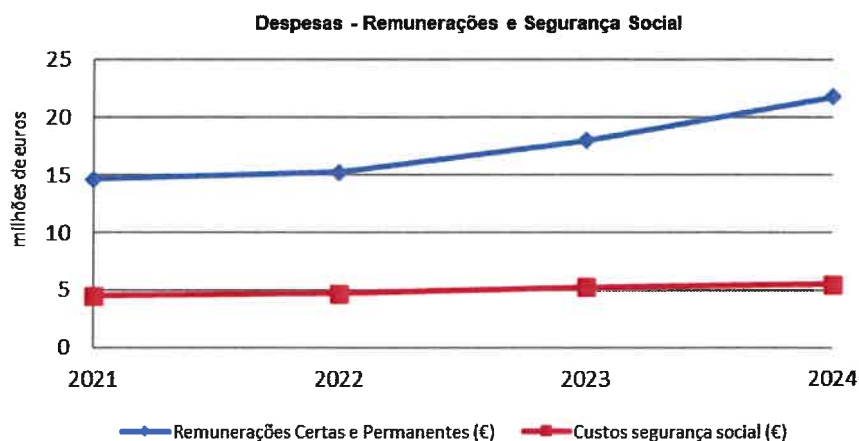
Designação	2021	2022	Δ %	Acréscimo	2023	Δ %	Acréscimo	2024	Δ %	Acréscimo
Remunerações Certas e Permanentes	15 226 478,06	17 964 777,12	18,0%	2 738 299,06	20 569 767,04	14,5%	2 604 989,92	21 798 789,63	6,0%	1 229 022,59
Abonos Variáveis ou Eventuais	987 754,78	1 157 651,46	17,2%	169 896,68	1 276 924,75	10,3%	119 273,29	1 456 665,50	14,1%	179 740,75
Segurança Social	4 717 683,18	5 288 129,91	12,1%	570 446,73	5 917 516,40	11,9%	629 386,49	5 517 374,73	-6,8%	-400 141,67
Total Pessoal	20 931 916,02	24 410 558,49	16,6%	3 478 642,47	27 764 208,19	13,7%	3 353 649,70	28 772 829,86	3,6%	1 008 621,67

Designação	2021	2022	2023	2024
Numero de trabalhadoras/es	947	1214	1201	1204
Número médio de trabalhadoras/es no ano = $(t(n-1)-t(n))/2+t(n)$	934,50	1 080,50	1 207,50	1 202,50
Remunerações Certas e Permanentes (€)	14 628 045,69	15 226 478,06	17 964 777,12	21 798 789,63
Custos segurança social (€)	4 717 683,18	5 288 129,91	5 917 516,40	5 517 374,73
Remuneração média (€)	15 653,34	14 092,07	14 877,66	18 127,89
Custo médio segurança social (€)	5 048,35	4 894,15	4 900,63	4 588,25
Custo médio trabalhador - remuneração e segurança social (€)	20 701,69	18 986,22	19 778,30	22 716,14

* não se consideram os abonos variáveis ou eventuais e outros suplementos e prémios

Verifica-se um aumento do custo médio por trabalhador (remuneração e segurança social) em cerca de 3,3 mil euros anuais. Este crescimento do custo médio por trabalhador, diretamente associado ao crescimento do valor médio das remunerações, em resultado da valorização das carreiras e dos aumentos da função pública, permite antever uma pressão maior dos custos de pessoal no orçamento municipal, em sinal contrário ao que vinha acontecendo até 2023, onde os constrangimentos impostos à progressão nas carreiras e o fraco crescimento dos salários impediu o crescimento do salário médio dos trabalhadores.

Importa ainda referir que o número médio de trabalhadores entre 2021 e 2024 aumentou em 257 unidades, mais 27 %. Este dado ainda reflete a transferência do pessoal afeto à educação em 2022, aquando da transferência de competências para o município. O valor das remuneração certas e permanentes aumentou cerca de 6,6 milhões de euros, mais 43,2 %. O aumento dos custos com remunerações certas e permanentes e segurança social cresceu cerca de 7,8 milhões de euros, no período em análise, mais 37,5 %.



A Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma diminuição de 700 mil de euros (menos 3,4 %), comparativamente ao ano 2023. Esta diminuição resulta essencialmente na adoção de uma política de pagamentos mais diluída.

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 15,2 % (em termos absolutos em mais 1 milhão de euros). Esta evolução justifica-se, no essencial, pelas verbas destinadas ao Concelho Metropolitano de Lisboa (cerca de + 400 mil euros) no âmbito dos transportes públicos em virtude da atribuição de passe gratuito aos jovens até aos 23 anos, aos agrupamentos de escolas no âmbito da transferência de competências, aquisição de material didático e circuitos especiais de transporte (cerca de mais 350 mil euros), pela transferência de competências para as Juntas de Freguesia da manutenção dos espaços verdes e atualizações de outras áreas de intervenção (cerca de +160 mil euros), transferência para as corporações de bombeiros (cerca de mais 67 mil euros) e da transferência no âmbito dos protocolos com as IPSS (Ação Social), cerca de mais de 172 mil euros.

1.4.3. Comparação entre Receitas e Despesas – Limites Legais

PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O Decreto Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro, estabelece, no ponto 3.1. Princípios orçamentais, que: “Princípio do equilíbrio – ... as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. Apesar de o SNC-AP ter revogado este ponto mantemos esta análise. Este princípio significa que as despesas correntes devem ser financiadas com receitas de natureza semelhante, não permitindo que despesas ordinárias sejam financiadas com receitas extraordinárias. Como se pode verificar no quadro seguinte as receitas correntes foram superiores às despesas correntes.

Unidade: euro

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo ano 2023	10 976 084,80	Saldo para 2025	8 097 260,44
Receitas Correntes	63 408 039,08	Despesas Correntes	58 625 198,09
Receita de Capital	5 096 283,23	Despesa de Capital	12 786 574,91
Outras Receitas	28 626,33		
Total Geral	79 509 033,44	Total Geral	79 509 033,44



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "C.M." and "A.M.", and a large number "472" written vertically.

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

No entanto, a Lei das Finanças Locais (73/2013, de 3 de setembro), no seu art.º 40º foi mais longe no que respeita ao conceito de equilíbrio orçamental, obrigando a que sejam contabilizados, neste âmbito, os valores das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Com o nível de execução orçamental em 2024, o saldo continua a ser positivo, conforme quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental - Lei das Finanças Locais (73/2013, art.º 40º)

EQUILÍBRIO CORRENTE: Receita corrente = Despesa corrente + Amortização média empréstimos M/L Prazo

Despesa Corrente	58 625 198,09
Amortização média empréstimos M/L Prazo	1 430 686,17
Despesa corrente + Amortização média empréstimos M/L Prazo	60 055 884,26
Receita corrente	63 408 039,08
Saldo no equilíbrio	3 352 154,82

2. Análise de Indicadores

Este capítulo pretende apresentar e analisar um conjunto de indicadores, com vista à medição do nível dos resultados obtidos na atividade municipal. Estes indicadores são influenciados, no ano em análise, pelas razões já expostas anteriormente.

2.1. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA ECONÓMICA

Rácios	2021	2022	2023	2024
1- Rácios Orçamentais de Natureza Económica				
1.1 - Impostos Diretos / Receitas Correntes	46,2%	52,1%	47,5%	44,3%
1.2 - Impostos Diretos / Receitas Totais	40,3%	47,7%	44,8%	41,0%
1.3 - Impostos Indiretos + Taxas / Receitas Totais	11,9%	3,9%	4,2%	4,0%
1.4 - Venda de Serviços / Receitas Correntes	20,1%	18,3%	20,6%	19,9%
1.5 - Transferências Correntes / Receitas Correntes	20,1%	25,3%	27,3%	31,5%
1.6 - Transferências de Capital / Receitas de Capital	27,2%	55,2%	85,3%	80,1%
1.7 - Fundos (correntes) do OE / Receitas Correntes	16,9%	24,0%	26,6%	29,2%

Rácios	2021	2022	2023	2024
1- Rácios Orçamentais de Natureza Económica				
1.8 - Fundos (corrente+capital) OE / Receitas Totais	15,5%	22,6%	25,7%	27,6%
1.9 - Empréstimos de MLP / Receitas Totais	9,2%	3,1%	0,8%	1,5%
1.10 - Receitas Correntes / Receitas Totais	87,3%	91,5%	94,3%	92,5%
1.11 - Pessoal / Despesas Correntes	50,5%	49,2%	48,6%	49,1%
1.12 - Pessoal / Despesas Totais	36,7%	37,7%	37,2%	40,3%
1.13 - Aq. de Bens e Serviços / Despesas Correntes	38,4%	37,2%	36,8%	34,6%
1.14 - Encargos Financeiros / Despesas Correntes	0,2%	0,1%	0,4%	0,8%
1.15 - Investimento / Despesas de Capital	84,3%	86,0%	87,4%	82,8%
1.16 - Passivos Financeiros / Despesas de Capital	12,6%	11,0%	7,9%	9,7%
1.17 - Despesas Correntes / Despesas Totais	72,8%	76,5%	76,6%	82,1%

Da análise aos rácios de natureza económica realça-se:

- Em 2024, mantem-se a tendência de descida do peso dos impostos diretos no total das receitas correntes e no total das receitas verificada em 2023, o que se ficou a dever à diminuição da receita da Derrama Municipal;
- O peso das receitas provenientes de impostos indiretos e taxas, no total da receita arrecadada apresenta em 2024, uma percentagem mais conforme com uma situação normal, semelhante a valores de anos anteriores, sendo que o valor do rácio em 2021 (11,9%) foi um exceção, resultado do recebimento proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III;
- O peso da venda de serviços no total da receita corrente diminui relativamente a 2023 em virtude das explicações dadas anteriormente;
- O peso das transferências correntes nas receitas correntes volta a aumentar em 2024, registando o maior valor do quadriénio, fruto das verbas provenientes das transferências de competências;
- Em 2024, o peso das transferências de capital no total das receitas de capital diminui ligeiramente em relação a 2023, mantendo-se ainda acima dos 80 % alcançados pelo acréscimo das verbas provenientes dos financiamentos externos, nomeadamente do PRR;
- As transferências provenientes do Orçamento de Estado, ao abrigo da Lei das Finanças Locais apresentam, em 2024 um aumento no seu peso, quer em relação às receitas correntes, quer no que diz respeito ao total das receitas;
- Em 2024, verificou-se uma receita de cerca de 1 milhão de euros de financiamento proveniente de empréstimos bancários. Em 2023, apresenta uma receita de cerca 527 mil euros, em 2022 de 2,1 milhões de euros e em 2021 de 5,8 milhões de euros (a maior do quadriénio);
- O peso das receitas correntes no total da receita diminui em virtude do acréscimo da receita por via das transferências correntes;
- Em 2024, o peso das despesas com pessoal nas despesas correntes e nas despesas totais aumentou ligeiramente conforme já mencionado anteriormente;
- O peso das aquisições de bens e serviços diminui em relação às despesas correntes, em resultado do maior aumento neste ano das verbas com pessoal e transferências correntes;

Handwritten signatures and initials on lined paper. The left page shows a signature 'Ser... de R...', a signature 'P...', and a signature 'P...'. The right page shows a large '470' and a signature 'P...'.

Capítulo II: RELATÓRIO DE GESTÃO

- Em 2024, o peso dos investimentos no total das despesas de capital diminui, no fundamental devido à diminuição da aquisição de bens de capital comparativamente com 2023 e pelo aumento das transferências de capital;
- O peso da amortização de empréstimos no total das despesas de capital aumenta em 2024, pela contratação de um novo empréstimo de medio e longo prazos;
- O peso das despesas correntes no total das despesas pagas apresenta um acréscimo relativamente ao ano 2023 em virtude aumento da despesa corrente e diminuição da despesa capital.

2.2. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA FINANCEIRA

Rádios	2021	2022	2023	2024
2- Rádios Orçamentais de Natureza Financeira				
2.1 - Pessoal / Receitas Correntes	38,0%	39,2%	44,8%	45,4%
2.2 - Remunerações Certas e Permanentes do Pessoal / Receitas Correntes (ano n-1)	33,5%	32,6%	33,1%	35,2%
2.3 - Despesa Total do Pessoal / Receitas Correntes (ano n-1)	46,0%	44,3%	44,6%	46,5%
2.4 - Fundos do OE / Despesas Totais	17,2%	23,7%	22,6%	26,5%
2.5 - Fundos do OE (capital) / Investimentos	3,5%	3,2%	2,7%	3,5%
2.6 - Amortizações e Juros / Receitas Totais	3,2%	2,6%	2,5%	2,5%
2.7 - Despesas Correntes / Receitas Correntes	75,3%	79,7%	92,2%	92,5%
2.8 - Despesas de Capital / Receitas de Capital	194,8%	274,3%	468,6%	250,9%
2.9 - Investimentos / Receitas Totais	20,7%	19,3%	23,3%	15,4%

Este conjunto de rácios relaciona, do ponto de vista orçamental, as origens de fundos (receitas) com a sua aplicação (despesas).

No essencial da leitura dos mesmos sublinham-se os seguintes aspetos:

- As despesas com pessoal absorvem um maior volume de receitas correntes quando comparado com o ano 2023, o que se prende com as justificações dadas anteriormente;
- O peso das despesas com o pessoal nas receitas correntes do ano anterior, cujo limite não poderia ultrapassar os 70%, de acordo com norma da Lei das Finanças Locais, entretanto revogada, tem-se mantido estável, com um ligeiro aumento em 2024;
- Em 2024, verificou-se o aumento do peso da participação do OE nas despesas totais, o mesmo acontecendo com a evolução da participação do FEF (transferências de capital) no total dos investimentos devido à transferência de competências na área da saúde;
- O valor das amortizações e juros em 2024 mantém-se em relação a 2023;
- Em 2024, verificou-se um ligeiro acréscimo do peso das despesas correntes nas receitas correntes;

- O peso do investimento no total das receitas apresenta, em 2024, uma descida em virtude de maior diminuição no capítulo dos investimentos.

2.3. OUTROS RÁCIOS

Rátios	2021	2022	2023	2024
3 - Meios Humanos				
3.1 - População* / N° Trabalhadores/as do Município	72,7	56,7	59,5	60,6
3.2 - Despesas com Pessoal / População *	304,0	354,5	388,8	394,5
3.3 - Despesas com Pessoal / N° de Trabalhadores/as do Município	22 103	20 108	23 118	23 898
4 - Meios Financeiros				
4.1 - Impostos Diretos / População *	369,1	471,0	412,0	385,5
4.2 - Receitas Totais / População *	916,1	988,0	920,0	939,6
4.3 - Investimento Municipal / População *	185,1	185,5	209,9	209,5
4.4 - Despesa com Atividade / População *	308,1	353,5	413,9	413,2
5 - Eficácia				
5.1 - Receita Recebida / Receita Orçamentada	109,0%	104,9%	97,4%	94,7%
5.2 - Despesa Paga / Despesa Orçamentada	83,3%	79,5%	85,5%	85,7%
5.3 - Investimento Pago / Investimento Previsto	62,0%	58,9%	70,7%	71,4%
5.4 - GOP Executado / GOP Previsto	77,1%	72,6%	80,9%	81,0%
6 - Eficiência e Produtividade				
6.1 - GOP / Despesa Total	60,2%	57,8%	60,1%	57,0%
6.2 - GOP / Despesas com Pessoal	163,7%	153,4%	161,5%	141,5%

* Fonte: DOSI CM Palmela, ano 2024 - 72 938 habitantes

2.3.1. Meios Humanos

O Município de Palmela, no final do ano de 2024, tinha ao seu serviço 1.204 trabalhadores/as, verificando-se um acréscimo de mais três trabalhadores/as face ao final do ano de 2023.

Com o aumento do número de trabalhadoras/es em 2022 devido à transferência de competências para o município na área da educação, os rácios de número de habitantes por trabalho e das despesas com o pessoal por habitante sofreram uma importante deterioração.

2.3.2. Meios Financeiros

Neste conjunto de rácios verifica-se a manutenção do investimento por habitante a par com um ligeiro aumento populacional (mais 1.528 indivíduos), ao mesmo tempo que diminui o valor da receita dos impostos diretos por habitante, que reflete a diminuição do IMI e da Derrama.

2.3.3. Eficácia

Os indicadores de eficácia indicam o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para um determinado período. Neste caso foi medida a eficácia tendo em consideração o grau de cumprimento e execução dos documentos, Orçamento e Grandes Opção do Plano (2021-2024).

Da leitura dos indicadores, verifica-se uma evolução positiva do seu desempenho em 2024, com exceção da execução da receita.



C.M. A.M.

Gerente do Orçamento
Alfama
Opt. de Orçamento
Alfama

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

2.3.4. Eficiência e Produtividade

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar os objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma diminuição em 2024 comparado com 2023. Em 2024, apresenta uma taxa de 57 %, o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com os/as trabalhadores/as. Este indicador também apresenta uma descida. Passou de 161,5 % em 2023 para 141,5% em 2024, isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2023, foram gastos cerca de 161 euros em atividades e investimentos do município, enquanto que em 2024, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 141 euros.

3. Endividamento Municipal

Neste ponto será efetuada uma análise ao endividamento municipal: endividamento a médio e longo prazo, endividamento de curto prazo e endividamento total municipal.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

Unidade: euro				
Descrição	2021	2022	2023	2024
Capital em Dívida Início do Ano	7 046 823	10 875 154	11 320 053	10 462 005
Amortizações de Capital	1 945 468	1 679 733	1 385 174	1 237 795
Empréstimos Utilizados	5 773 799	2 124 632	527 126	1 013 665
Capital em Dívida Final do Ano	10 875 154	11 320 053	10 462 005	10 237 875

No final do ano de 2024 o capital em dívida era inferior em 224.130,05 € (-2,1 %) relativamente a 2023. Desde o início de 2021 o endividamento bancário aumentou 45,3 % (+3.191.052,16€), apresentando neste quadriénio um valor médio acima dos 10 milhões de euros.

Dívidas a Curto Prazo				
Descrição	2021	2022	2023	2024
Fornecedores de curto prazo	1 901 589,48	1 912 247,22	1 754 695,47	2 632 220,75
Saldo de Gerência	16 667 608,61	19 881 790,46	10 976 084,80	8 097 249,64

Em 2021, o saldo da gerência significava 8,8 vezes o valor da dívida de curto prazo a fornecedores e em 2024 representa cerca de 3,1 vezes.

O valor em dívida de curto prazo a fornecedores no final de 2024, diz respeito principalmente ao valor das faturas em receção e conferência, cerca de 1.719.851,50 euros. O valor restante, 912.369,25 euros, diz respeito a faturas cujo pagamento será efetuado dentro dos prazos normais.

ENDIVIDAMENTO TOTAL

De 2017 até 2021 o endividamento da autarquia recuou para pouco mais de 7 milhões de euros. A partir de 2021 verificou-se uma inversão de tendência, com o endividamento a aumentar cerca de 3,8 milhões de euros, mais cerca de 50%, ano em que se verificou o maior aumento (cerca de 3,8 milhões de euros). Em 2022 o aumento quedou-se por cerca de 445 mil euros. Já em 2023 e 2024 houve uma diminuição da dívida total.

A dívida a fornecedores manteve-se estável entre 2021 e 2022 com uma ligeira diminuição no ano de 2023. Em 2024 verifica-se uma aumento das dividas de curto prazo a fornecedores em cerca de 878 mil euros, dado que se trata de dívidas de curto prazo, cujo crescimento se deve ao volume de faturas para processar.

O valor da dívida de leasing apresenta um aumento de cerca de 56 mil euros. No que respeita às dívidas ao estado e outros entes públicos mativeram montantes semelhantes. Em termos globais, o endividamento sem participações sociais, FAM e operações de tesouraria aumentou cerca de 708 mil euros em 2024, o que representa em termos relativos 5,5 %.

Mapa de endividamento s/ participações, FAM e operações de tesouraria

Designação	2021	2022	2023	2024
Fornecedores	1 901 589,48	1 912 247,22	1 754 696,47	2 632 220,75
Estado e outros entes públicos	257 041,80	283 126,98	346 301,00	345 125,13
Endividamento Bancário	10 875 153,52	11 320 049,83	10 462 005,00	10 237 874,94
Leasing	495 747,00	612 675,82	382 827,04	439 148,95
TOTAL	13 529 531,80	14 128 099,85	12 945 829,51	13 654 369,77

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Em 2014, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, verificou-se uma alteração profunda na forma de cálculo do endividamento, tendo sido introduzido o conceito de dívida total.

A margem de endividamento, a 31 de dezembro de 2024, é apurada de acordo com o seguinte quadro:



Arrecadação 2024
Palmela
2024

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Aferição da Dívida Total

		Designação		31/12/2023	31/12/2024
LÍMITE DÍVIDA TOTAL	Receta corrente líquida cobrada	2021 2022	(1)	55 065 172	62 219 288
		2022 2023	(2)	62 219 288	61 929 713
		2023 2024	(3)	61 929 713	63 408 039
		Média	(4)=(1+2+3)/(3)	59 738 058	62 519 013
	Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	89 607 086	93 778 520
DÍVIDA TOTAL	Provisões		(6)	95 502	95 502
	Diferimentos		(7)	8 600 358	12 614 057
	Empréstimos		(8)	10 462 005	10 237 875
	Locação financeira		(9)	382 827	439 149
	Fornecedores		(10)	1 754 696	1 234 246
	Estado e outros entes públicos		(11)	346 301	307 266
	Outras contas a pagar		(12)	6 914 411	6 035 559
	Total Passivo Municipal		(13)	28 556 100	30 963 653
	Dívida de entidades participadas	ADREPAL (49,11%)*	(14)	48 524	0 c)
		AMRS (11,51%)	(15)	0	0 b)
		ANMP (0,38%)	(16)	0	0 b)
		AMRPMS	(17)	0	0 b)
		AMARSUL (2,87%)	(18)	0	0 b)
		SIMARSUL (4,62%)	(19)	0	0 b)
		Artemrede (6,19%)*	(21)	63 998	33 796 a)
		AIA (10,09%)	(21)	0	422 d)
		AMPV (1,45%)*	(22)	30	189 d)
		AML (3,96%)	(23)	1 911	1 130 d)
		Palmela Desporto (100%)	(24)	0	0 e)
	TOTAL		(25)=Σ ((13)...(24))	28 670 563	30 999 190
	Provisões		(26)	95 502	95 502
	Diferimentos		(27)	8 600 358	12 614 057
	Dívidas não orçamentais		(28)	2 766 008	2 767 848
	Empréstimos Excecionado		(29)	2 284 745	2 539 772
	artigo 90.º-A RFALEI		(30)	0	0
	Dívidas orçamentais sem empréstimos excecionados		(31)=(25)-(26)-(27)-(28)-(29)-(30)	14 923 951	12 982 011
MARGEM PARA ENDEVIDAMENTO	Margem total disponível		(32)=(5)-(31)	74 683 135	80 796 508
	Margem utilizável		(33)=(32)*20%	14 936 627	16 159 302
Sancamento Financeiro	Artigo 58.º, n.º 1. alínea b),		(34)=(9)+(10)+(11)+(12)	9 398 236	8 016 220
			(35)=(4)*75%	44 803 543	46 889 260
	Artigo 58.º, n.º 3		(36)=(31)*2,25	33 578 890	29 209 525
	Dever de contrair empréstimo de saneamento		(37)=(34)>(35)	Não	Não
	Obrigação de contrair empréstimo de saneamento financeiro ou adesão a procedimento de recuperação		(38)=(36)>(4)	Não	Não
Margem utilizada com novos empréstimos	Empréstimos aprovados e não utilizado*		(41)	1 751 561	8 549 132
	Empréstimos aprovados e não utilizados		(42)	1 490 501	3 815 316
	Amortização de empréstimos prevista em		(43)	1 571 753	1 130 054
	Margem previsível disponível utilizável		(44)=(35)-(41)+(42)+(43)	16 247 320	12 555 541

a) Valor referente ao 3.º trimestre de 2022, não se considera a dívida da empresa ao município com a venda dos imóveis já regularizada com a escritura.

b) Não foram fornecidos elementos, mas os valores são historicamente reduzidos.

c) Setor empresarial do estado não releva para o endividamento municipal em caso de resultado positivo.

d) Último valor disponível.

e) A Palmela Desporto, EEM apresentou resultados positivos pelo que o seu endividamento não releva para dívida total do município.

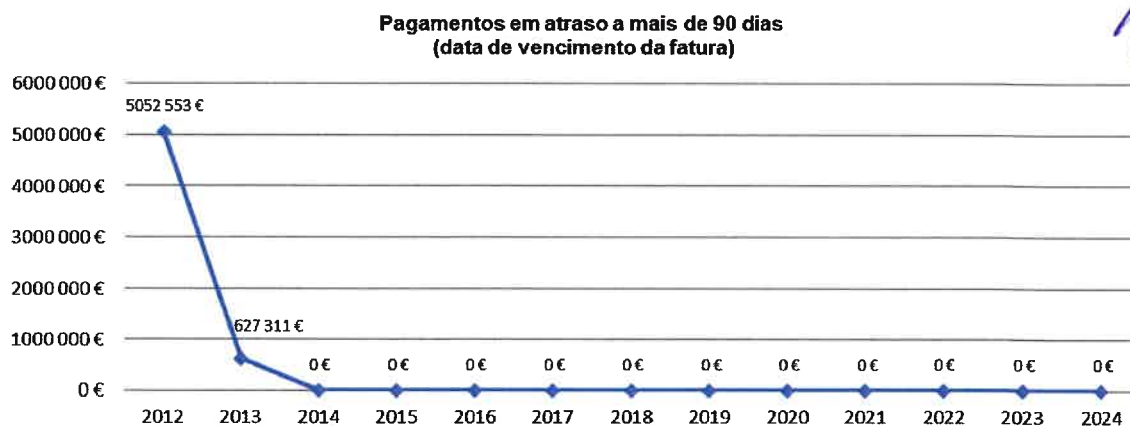
De acordo com o n.º 5, do artigo 52.º da Lei da Finanças Locais os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação comunitária não são considerados para efeitos do apuramento da dívida total do município.

Em relação ao ano de 2023, a capacidade de endividamento aumentou ligeiramente. O passivo total do município diminuiu por conta da diminuição dos diferimentos e outras contas a pagar. O conjunto da dívida a fornecedores, estado e financiamentos obtidos sofreu um ligeira aumento. Importa referir que os empréstimos BEI contratualizados em anos anteriores foram totalmente utilizados em 2024.

A margem utilizável no final de 2024 continua a ser significativa embora possa sofrer alguma erosão caso o valor das receitas extraordinárias venha a diminuir. Um maior constrangimento à contração de novos empréstimos pode resultar do aumento da despesa corrente e da sua repercussão na regra do equilíbrio orçamental.

PAGAMENTOS EM ATRASO

No conceito estabelecido por legislação específica (e dever de informação mensal à DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais) no final do 4º trimestre de 2024, o município de Palmela não tinha qualquer montante de pagamentos em atraso a mais de 90 dias da data de vencimento da fatura. Esta situação, que se mantém inalterável desde 2014, é demonstrativa da consolidação das finanças do município e capacidade de tesouraria para responder em tempo útil aos compromissos financeiros.



FUNDOS DISPONÍVEIS

Relativamente aos fundos disponíveis, previstos na alínea f) do artigo 3º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à sua operacionalização e critérios de prestação de informação, estes apresentam-se positivos ao longo do ano de 2024.

De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 58.º do Orçamento de Estado de 2024, aprovado pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, as autarquias locais que, em 2023, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2022, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

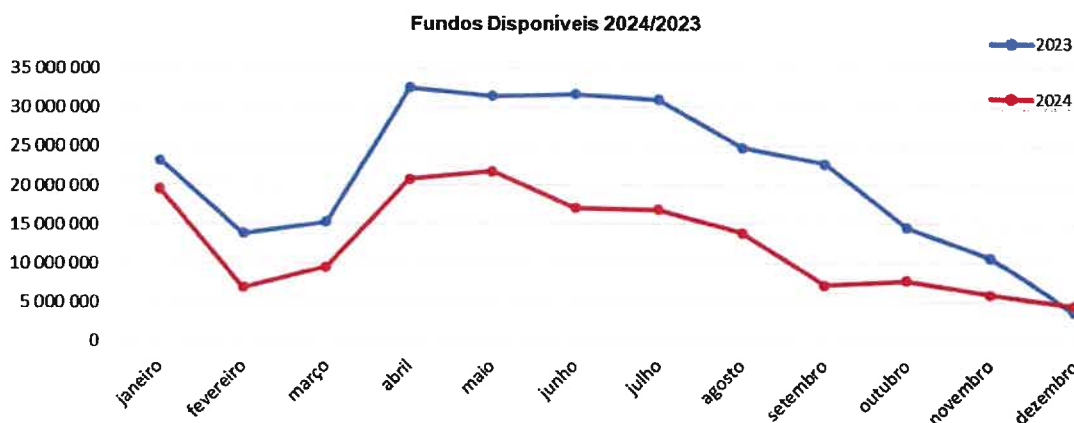
Pese embora o referido anteriormente, o município continua a calcular os Fundos Disponíveis.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Fernando', 'J. Paulo', and 'A.M.']

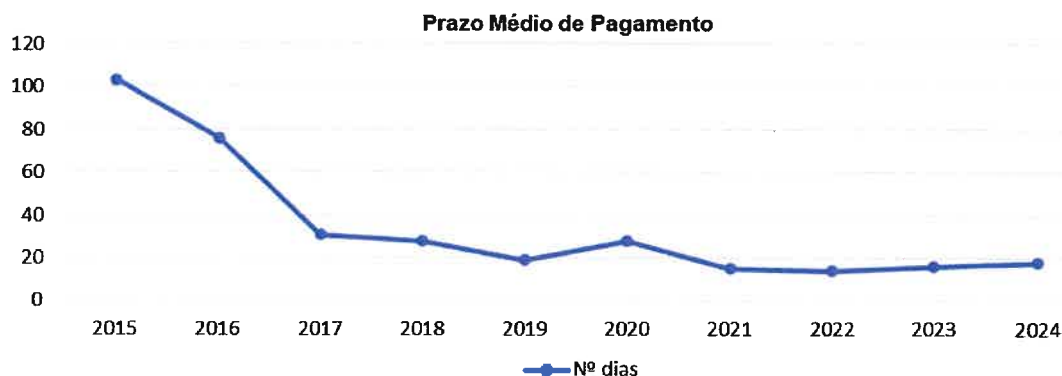
Capítulo II: RELATÓRIO DE GESTÃO

No gráfico seguinte apresenta-se a comparação da evolução dos fundos disponíveis do ano 2024 face ao ano 2023:



PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O Prazo Médio de Pagamento indica-nos o número de dias que a entidade leva para pagar aos seus fornecedores. O quadro seguinte mostra os prazos médios de pagamento do município, nos últimos 10 anos de acordo com a informação disponibilizada pela DGAL, com base nos elementos prestados pelo município. Em 2024, o prazo médio de pagamento foi de 18 dias.



4. Grandes Opções do Plano

Nas Grandes Opções do Plano estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do município. Estas revestem uma natureza programática, de horizonte móvel de cinco anos, enunciando os projetos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica a desenvolver a médio prazo.

As Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado, apresentavam no início do ano de 2024, um valor de 45,8 milhões de euros (em 2023: 42,6 milhões de euros). Ao longo do ano foram as mesmas sujeitas a várias alterações, passando o valor final para 50,3 milhões de euros e uma execução

de 40,7 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 80,95 %, idêntica (+0,08 %) à taxa de 2023 (80,87 %).

As Grandes Opções do Plano encontram-se estruturadas em 4 funções, a saber: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

A execução financeira por Função, Objetivos Programas e Projetos é a apresentada nos quadros seguintes:

Grandes Opções do Plano

Unidade: euro

Função / Objetivo	Dotação	Pagamento	Execução
1 - Funções Gerais	5 850 089,00	4 543 328,93	77,66%
1.1 - Administração Geral	4 746 519,00	3 449 905,85	72,68%
1.2 - Segurança e Ordem Pública	1 103 570,00	1 093 423,08	99,08%
2 - Funções Sociais	35 426 485,00	28 775 911,83	81,23%
2.1 - Educação	9 020 180,00	7 934 254,53	87,96%
2.2. - Saúde	938 948,00	280 293,19	29,85%
2.3 - Segurança e Ação Social	901 927,00	728 408,10	80,76%
2.4 - Habitação e Serviços Coletivos	19 691 764,00	16 608 943,57	84,34%
2.4.1 - Habitação	2 728 764,00	1 972 728,51	72,29%
2.4.2 - Ordenamento do Território	21 445,00	17 868,24	83,32%
2.4.3 - Saneamento	4 922 536,00	4 115 660,89	83,61%
2.4.4 - Abastecimento de Água	2 502 514,00	1 980 768,73	79,15%
2.4.5 - Resíduos Sólidos	7 682 675,00	7 205 141,07	93,78%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 833 830,00	1 316 776,13	71,80%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4 873 666,00	3 224 012,44	66,15%
2.5.1 - Cultura	2 924 555,00	1 719 479,16	58,79%
2.5.2 - Desporto	1 949 111,00	1 504 533,28	77,19%
3 - Funções Económicas	7 263 913,00	5 673 029,67	78,10%
3.2 - Indústria e Energia	2 110 930,00	1 881 921,62	89,15%
3.3 - Transportes e Comunicações	4 426 718,00	3 378 741,53	76,33%
3.4 - Comércio e Turismo	532 625,00	362 197,10	68,00%
3.5 - Outras Funções Económicas	193 640,00	50 169,42	25,91%
4 - Outras Funções	1 758 127,00	1 726 773,38	98,22%
4.1 - Operações da Dívida Autárquica	1 714 465,00	1 683 273,44	98,18%
4.2 - Transferência entre Administrações	38 162,00	38 162,00	100,00%
4.3 - Diversas não Especificadas	5 500,00	5 337,94	97,05%
Total Geral	50 298 614,00	40 719 043,81	80,95%

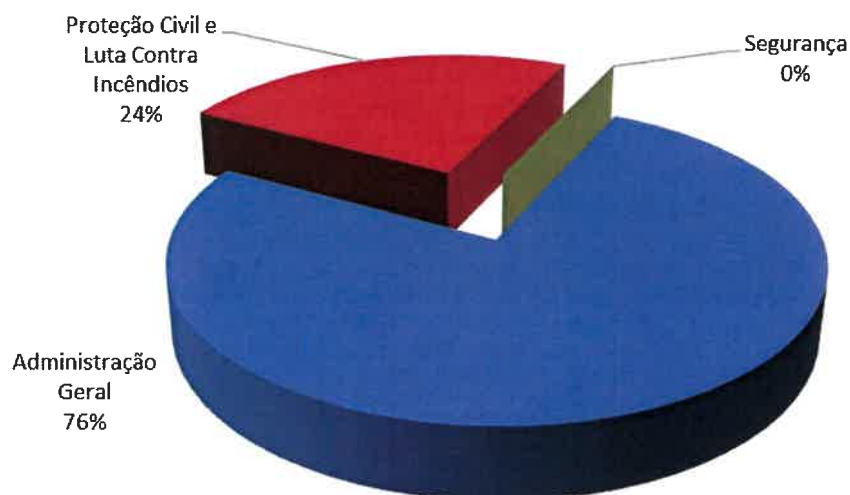


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

FUNÇÕES GERAIS

As despesas pagas relativas às ações incluídas nos projetos que se desenvolveram no âmbito geral da administração autárquica são as seguintes:



Funções Gerais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Administração Geral	4 746 519,00	3 449 905,85	72,68%
Instalações Municipais	1 031 256,00	708 507,63	68,70%
Aquisição de Equipamento e Mobiliário	58 000,00	18 451,39	31,81%
Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas	815 860,00	602 821,97	73,89%
Informação / Comunicação	352 855,00	213 019,61	60,37%
Sistemas de Informação Geográfica	131 296,00	83 471,12	63,57%
Sistemas de Informação	926 600,00	779 548,64	84,13%
Qualidade e Modernização - Formação e Informação	39 150,00	17 944,37	45,83%
Apólices de Seguros	449 833,00	368 829,15	81,99%
Apoio à Atividade Municipal	717 970,00	515 055,33	71,74%
Atos Protocolares	59 199,00	44 652,87	75,43%
Projetos de Participação e Cidadania	31 641,00	19 828,40	62,67%
Cidadania e Empoderamento de Comunidades	132 859,00	77 775,37	58,54%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	1 099 524,00	1 091 400,96	99,26%
Corpos dos Bombeiros	1 043 524,00	1 039 248,97	99,59%
Ações de Prevenção e Segurança	29 000,00	27 740,19	95,66%
Planos de Emergência e Outros Planos de Segurança	500,00	0,00	0,00%
Defesa da Floresta Contra Incêndios	26 500,00	24 411,80	92,12%
Segurança	4 046,00	2 022,12	49,98%

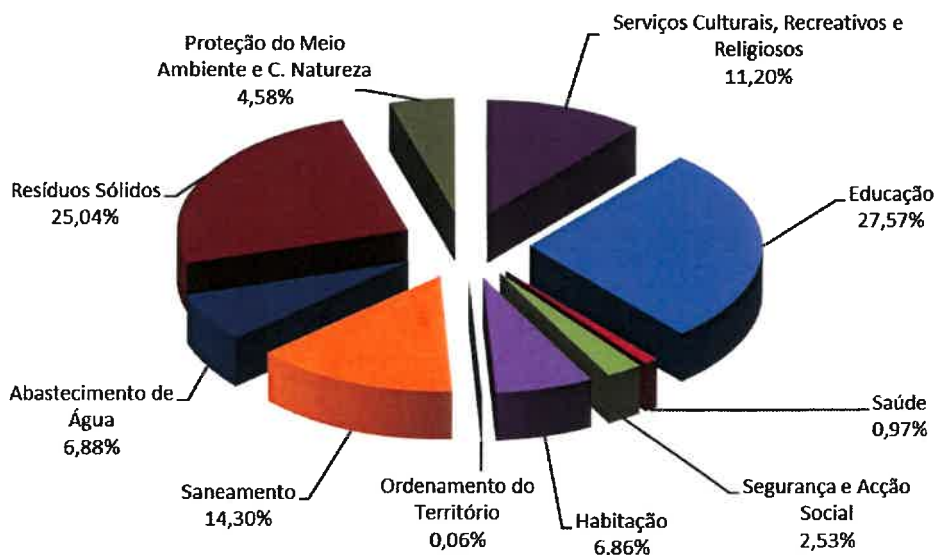
Funções Gerais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Construção de Equipamentos	4 046,00	2 022,12	49,98%

FUNÇÕES SOCIAIS

Estão incluídas nas funções sociais as atividades e investimentos que têm por objetivo satisfazer as necessidades municipais nas áreas das suas competências, nos domínios da educação, saúde, segurança social e ação social, habitação e serviços coletivos, serviços culturais, recreativos e religiosos. As Funções Sociais desenvolvem-se em programas e projetos, cuja análise qualitativa será efetuada no capítulo posterior, e cuja execução financeira é apresentada seguidamente.



Funções Sociais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Educação	9 020 180,00	7 934 254,53	87,96%
Ensino Não Superior	3 423 520,00	2 929 290,31	85,56%
Construção /Ampliação do Parque Escolar	303 785,00	106 019,46	34,90%
Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI	2 008 125,00	1 850 967,90	92,17%
Ação Sócioeducativa e Pedagógica	1 111 610,00	972 302,95	87,47%
Serviços Auxiliares de Ensino	5 596 660,00	5 004 964,22	89,43%
Ação Social Escolar e Transportes	3 250 611,00	2 763 714,54	85,02%
Desporto na Escola	2 346 049,00	2 241 249,68	95,53%
Saúde	938 948,00	280 293,19	29,85%
Saúde Ocupacional	214 500,00	144 081,87	67,17%
Cooperação Institucional	30 212,00	16 019,58	53,02%
Educação para a Saúde	97 276,00	27 788,10	28,57%
Requalificação, Conservação, Manutenção e Funcionamento de Unidade de Saúde	596 960,00	92 403,64	15,48%
Segurança e Ação Sociais	901 927,00	728 408,10	80,76%
Cooperação Institucional	98 020,00	97 913,00	99,89%
Programas e Projetos de Intervenção Social	258 754,00	101 849,21	39,36%



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Fernando, António, and others, along with the letters C.M. and A.M.]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Funções Sociais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Beneficiação, Conservação, e Funcionamento de Equipamentos Sociais	0,00	0,00	0,00%
Redes e Parceiros	6 340,00	2 229,47	35,17%
Medidas de Apoio Social	538 813,00	526 416,42	97,70%
Habitação e Urbanismo	2 728 764,00	1 972 728,51	72,29%
Habitação	2 393 091,00	1 851 673,31	77,38%
Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela	335 673,00	121 055,20	36,06%
Ordenamento do Território	21 445,00	17 868,24	83,32%
Plano Diretor Municipal	915,00	913,28	99,81%
Outros Estudos e Projetos	20 150,00	16 637,50	82,57%
Recolha e Tratamento de Informação Económica e Social	380,00	317,46	83,54%
Saneamento	4 922 536,00	4 115 660,89	83,61%
Infraestruturação Geral	1 077 889,00	891 335,23	82,69%
Sistemas de Drenagem	250 000,00	0,00	0,00%
Sistemas de Tratamento - Emissários e ETARS	2 602 825,00	2 372 817,23	91,16%
Rede de Esgotos	760 633,00	688 895,57	90,57%
Outras Intervenções	231 189,00	162 612,86	70,34%
Abastecimento de Água	2 502 514,00	1 980 768,73	79,15%
Rede de Distribuição	787 737,00	643 882,77	81,74%
Furos de Captação e Estações de Tratamento	1 228 084,00	986 408,28	80,32%
Outras Intervenções	486 693,00	350 477,68	72,01%
Resíduos Sólidos	7 682 675,00	7 205 141,07	93,78%
Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos	7 497 013,00	7 091 451,39	94,59%
Aquisição de Instalação de Equipamento e Viaturas / RS	185 662,00	113 689,68	61,23%
Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 833 830,00	1 316 776,13	71,80%
Projetos de Promoção Ambiental	63 931,00	50 981,88	79,75%
Espaços Verdes / Paisagismo	1 455 394,00	1 056 230,73	72,57%
Outros Serviços Coletivos	314 505,00	209 563,52	66,63%
PRR - Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais	0,00	0,00	0,00%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4 873 666,00	3 224 012,44	66,15%
Cultura	2 924 555,00	1 719 479,16	58,79%
Museologia	102 686,00	29 701,53	28,92%
Conservação / Gestão e Animação do Castelo	230 001,00	180 714,63	78,57%
Bibliotecas	200 480,00	129 389,94	64,54%
Equipamentos Culturais	713 742,00	541 857,31	75,92%
Programas e Projetos Municipais	826 310,00	105 243,80	12,74%
Associativismo e Animação Cultural	657 386,00	569 115,44	86,57%

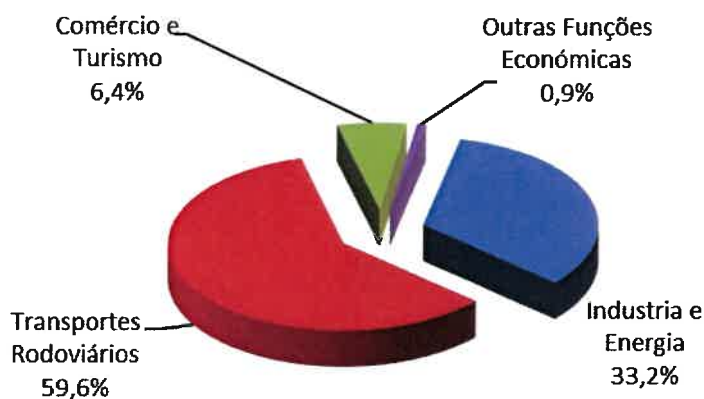
Funções Sociais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Outros Projetos Culturais	24 562,00	23 902,87	97,32%
Juventude Interativa	78 710,00	60 776,28	77,22%
Gabinete de Estudos s/ Ordem de Santiago	7 549,00	4 929,69	65,30%
Arqueologia	11 863,00	8 522,37	71,84%
Arquivo Municipal	71 266,00	65 325,30	91,66%
Desporto, Recreio e Lazer	1 949 111,00	1 504 533,28	77,19%
Equipamentos Desportivos	1 327 325,00	1 205 878,34	90,85%
Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos	318 057,00	59 064,81	18,57%
Programas e Projetos Municipais	198 487,00	138 136,91	69,59%
Associativismo Desportivo	104 242,00	100 453,22	96,37%
Outras Atividades Desportivas	1 000,00	1 000,00	100,00%

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas compreendem todas as ações que contribuam para o desenvolvimento económico de forma direta ou indireta, agrupadas nos seguintes programas e projetos:



Funções Económicas

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Industria e Energia	2 110 930,00	1 881 921,62	89,15%
Iluminação Pública	2 009 526,00	1 822 109,90	90,67%
Promoção da Eficiência Energética	101 404,00	59 811,72	58,98%
Transportes Rodoviários	4 426 718,00	3 378 741,53	76,33%
Melhorar a Rede Viária Municipal	1 069 551,00	658 622,79	61,58%
Melhorar a Rede Viária Rural	1 146 634,00	614 255,86	53,57%
Calçadas e Passeios	139 352,00	139 292,18	99,96%
Estudos, Sinalização e Mobiliário	248 396,00	196 899,06	79,27%
Mobilidade e Acessibilidade	1 822 785,00	1 769 671,64	97,09%
Comércio e Turismo	532 625,00	362 197,10	68,00%
Mercados e Feiras	60 660,00	48 582,00	80,09%

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

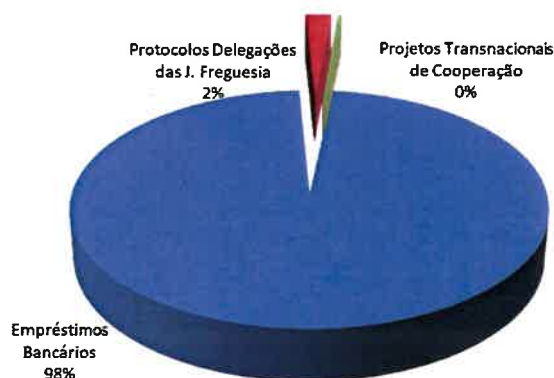
Funções Económicas

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Construção e Remodelação de Mercados Municipais	0,00	0,00	0,00%
Conservação e Funcionamento de Mercados Municipais	60 660,00	48 582,00	80,09%
Turismo	471 965,00	313 615,10	66,45%
Promoção Turística	471 965,00	313 615,10	66,45%
Outras Funções Económicas	193 640,00	50 169,42	25,91%
Feiras, Mostras e Outros Eventos Locais	27 685,00	26 423,01	95,44%
Serviço de Metrologia	3 300,00	1 772,92	53,72%
Emprego e empreendedorismo	250,00	0,00	0,00%
Apoio ao Consumidor	5,00	0,00	0,00%
POMAR - Programa Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente	45,00	0,00	0,00%
PRR - Ações de Combate ao Desemprego	26 900,00	13 363,49	49,68%
PRR - Criação de Sistemas Experimentais de Produção, Aquisição e Troca de Bens e serviços essenciais	8 860,00	8 610,00	97,18%
PRR - Criação de Rede de Emprego Local a Partir do Polo Parque Mário Bento	56 125,00	0,00	0,00%
PRR - Criação de Espaços de Incubação de Atividades Empreendedoras Locais	61 245,00	0,00	0,00%
Transição Digital Imaterial	9 225,00	0,00	0,00%

OUTRAS FUNÇÕES

Incluem-se nesta função as despesas inerentes ao serviço da dívida municipal, aos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, ou quaisquer outras atividades, levadas a cabo pelo município e que não é possível de incluir nas funções anteriores.



Outras Funções

Unidade: euro

Programa	Dotação	Pagamento	Execução
Outras Funções	1 758 127,00	1 726 773,38	98,22%
Empréstimos Bancários	1 714 465,00	1 683 273,44	98,18%
Protocolos Delegações das Juntas de Freguesia	38 162,00	38 162,00	100,00%
Projetos Transnacionais de Cooperação	5 500,00	5 337,94	97,05%

Unidade: euro

	2024					2023				
	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Inicial	% Final	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Inicial	% Final
PAM	27 789 109,00	35 482 286,00	30 135 771,86	108,44%	84,93%	28 054 545,00	33 831 393,00	29 556 655,97	105,35%	87,36%
PPI	17 719 776,00	14 816 328,00	10 583 271,95	59,73%	71,43%	14 554 985,00	21 612 644,00	15 282 721,38	105,00%	70,71%
GOP	45 784 766,00	50 298 614,00	40 719 043,81	88,94%	80,95%	42 609 530,00	55 444 037,00	44 839 377,35	105,23%	80,67%

5. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos, com financiamento assegurado, apresentava no início do ano de 2024, um valor de 17,7 milhões de euros (em 2023: 14,5 milhões de euros). Ao longo do ano foi o mesmo sujeito a várias alterações, passando o valor final para 14,8 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 71,4 %, idêntica (mais 0,7%) à taxa de 2023 (70,7%).

A execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos, por Função e Projetos, é a apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euro

Função / Objetivo	Dotação	Pagamento	Execução
1 - Funções Gerais	988 667,00	592 383,12	59,92%
1.1 - Administração Geral	984 621,00	590 361,00	59,96%
1.2 - Segurança e Ordem Pública	4 046,00	2 022,12	49,98%
2 - Funções Sociais	10 349 246,00	7 678 076,97	74,19%
2.1 - Educação	3 095 516,00	2 681 717,53	86,63%
2.2 - Saúde	82 980,00	10 537,41	12,70%
2.3 - Segurança e Ação Social	136 772,00	53 895,90	39,41%
2.4 - Habitação e Serviços Coletivos	5 987 535,00	4 493 945,85	75,06%
2.4.1 - Habitação	2 488 223,00	1 848 347,89	74,28%
2.4.2 - Ordenamento do Território	0,00	0,00	0,00%
2.4.3 - Saneamento	2 054 859,00	1 585 959,70	77,18%
2.4.4 - Abastecimento de Água	955 415,00	740 880,98	77,55%
2.4.5 - Resíduos Sólidos	128 848,00	73 454,88	57,01%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	360 190,00	245 302,40	68,10%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 046 443,00	437 980,28	41,85%
2.5.1 - Cultura	445 375,00	142 200,90	31,93%
2.5.2 - Desporto	601 068,00	295 779,38	49,21%
3 - Funções Económicas	3 478 415,00	2 312 811,86	66,49%
3.2 - Indústria e Energia	1 372 126,00	1 215 527,15	88,59%
3.3 - Transportes e Comunicações	1 935 189,00	1 027 421,83	53,09%
3.4 - Comércio e Turismo	93 000,00	69 862,88	75,12%



C.M.

A.M.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Câmara Municipal de Palmela" and "A.M."]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade: euro

Função / Objetivo	Dotação	Pagamento	Execução
3.5 - Outras Funções Económicas	78 100,00	0,00	0,00%
4 - Outras Funções	0,00	0,00	0,00%
4.1 - Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00%
4.2 - Transferência entre Administrações	0,00	0,00	0,00%
4.3 - Diversas não Especificadas	0,00	0,00	0,00%
Total Geral	14 816 328,00	10 583 271,95	71,43%

1
by
fidum.

2

3

4

5
6

4-77
8
9